

---

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**DINAIR BORGES CORREA**

**PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: ESTUDO DE CASO SOBRE A  
EVASÃO DAS TURMAS DO PIPIRIPAU II - PLANALTINA DISTRITO FEDERAL**

**Planaltina DF**

**2017**

DINAIR BORGES CORREA

**PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: ESTUDO DE CASO SOBRE A  
EVASÃO DAS TURMAS DO PIPIRIPAU II – PLANALTINA DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na Área de Linguagens.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Osanette de Medeiros

DINAIR BORGES CORREA

Aprovada em 02 de fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Osanette de Medeiros (FUP/UnB)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosineide Magalhães (FUP/UnB)  
Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliene Novaes Rocha (FUP/UnB)  
Examinadora

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, Manoel, às minhas irmãs Maria Regina e Maria de Fátima; e ao meu irmão Edilson (todos In memoriam, com amor).

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente a Deus Pai, pois Dele emana toda sabedoria.*

*Aos meus filhos, em especial, meu sincero “muito” obrigado por estarmos juntos nos bons e maus momentos.*

*Aos meus irmãos pelo carinho e companheirismo.*

*Ao meu companheiro pela paciência, compreensão, amor, carinho, e por ter me apoiado durante essa jornada.*

*Aos professores da LEdoC, por compartilharem conosco os seus conhecimentos.*

*À turma Chico Mendes pelas lutas enfrentadas no decorrer do curso.*

*A todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa, sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês, em especial Tállyta Abrantes que me apoiou nesse percurso formativo.*

*A minha professora orientadora Osanette que me incentivou nos momentos difíceis, que nunca economizou paciência comigo na construção desse trabalho.*

*Ao Programa Institucional de Iniciação de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID, pelas ações desenvolvidas na comunidade e por ampliar o meu conhecimento.*

*À equipe dos educadores do Projovem Campo: Saberes da Terra, onde fiz minha inserção e parte do Estágio supervisionado, e aos participantes da pesquisa que contribuíram com esse trabalho.*

*Aos professores da LEdoC, por compartilharem conosco os seus conhecimentos.*

*À turma Chico Mendes pelas lutas enfrentadas no decorrer do curso.*

A humana docência.

Lembro-me de um passeio a uma fazenda de uns amigos. Fui apresentado ao fazendeiro como professor da faculdade de educação: “que falta nos faz educação”, me disse ele. Perguntei se perto havia alguma escola para crianças. “Não precisamos de escola”, me respondeu seco, “criança que aprende a ler não quer ficar mais no campo”. Históricos desencontros entre educação e ensino que impregnam o imaginário social (Miguel Arroyo)

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida nas turmas do Projovem Campo Saberes da Terra na área rural de Planaltina Distrito Federal, Região do Pípiripau II, com o objetivo de investigar os fatores que levam à evasão dos estudantes desse Programa. O estudo justifica-se pela importância da EJA para essa região e a necessidade de uma Educação do Campo que vise trabalhar o educando em sua realidade, utilizando-se de saberes e instrumentos pedagógicos próprios do campo para realização do processo educativo na educação formal. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e como estratégia o estudo de caso. Para o alcance dos objetivos propostos foi realizada pesquisa de caráter qualitativo tendo como instrumentos a realização de entrevistas, grupo focal, envolvendo professores, coordenador pedagógico e estudantes do Projovem das turmas pesquisadas. Como referência teórica o estudo lançou mão de autores como: Brandão (2013), Castro (2003), Freire (2005), (1996). Como procedimento metodológico foi feita uma pesquisa de campo, utilizando-se observações e entrevistas com os sujeitos envolvidos. A trajetória da pesquisa mostrou que houve evasão no Programa e os resultados apontaram para a exigência de uma política pública que contemple os sujeitos do campo em suas especificidades e a necessidade de estudar uma proposta de educação para o Projovem com flexibilidade de horários, alimentação adequada, sala de acolhimento entre outros.

**Palavras-chave:** Projovem Campo: Saberes da Terra, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar.

## **ABSTRACT:**

This work presents results of a research developed in the classes of Projovem Campo Saberes da Terra in the rural area of Planaltina Federal District, Region of Pípiripau II, with the objective of investigating the factors that lead to the evasion of students of this Program. The study is justified by the importance of the EJA for this region and the need for a field education that aims to work the learner in their reality, using the knowledge and pedagogical tools of the field to carry out the educational process in formal education. This is an exploratory research, with a qualitative approach and case study. To achieve the proposed objectives, a qualitative research was carried out. The interviews, focus group, involving teachers, pedagogical coordinator and Projovem students of the groups surveyed were carried out as instruments. As a theoretical reference, the study used authors such as: Brandão (2013), Castro (2003), Freire (2005), (1996). As a methodological procedure, a field research was carried out, using observations and interviews with the subjects involved. The trajectory of the research showed that there was evasion in the Program and the results pointed to the requirement of a public policy that contemplates the subjects of the field in their specificities and the necessity to study a proposal of education for Projovem with flexibility of schedules, adequate food, and Reception room among others.

**Keywords:** Projovem Field: Earth Knowledge, Field Education, Youth and Adult Education. School Evasion.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- BA** - Brasil Alfabetizado
- CEF** - Centro de Ensino Fundamental
- EAPE** - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- FETRAF** - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
- FNL** - Força Nacional de Luta Campo e Cidade
- FNRML** - Força Nacional Revolucionaria de Mulheres de Luta
- FUNDEB** - Fundo Nacional de Educação Básica
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IESB** - Instituto de Educação Superior de Brasília
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases
- LEdoC** - Licenciatura em Educação do Campo
- MATR** - Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
- MEC** - Ministério da Educação
- MST** - Movimento dos Sem Terra
- MTD** - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- PIBID** - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- PCI** - Projovem Campo Itinerante
- PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- SECAD** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
- SECADI** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- SEDF** - Secretaria de Educação do Distrito Federal
- SPU** - Secretaria de Patrimônio da União
- TC** - Tempo Comunidade
- TE** - Tempo Escola
- TI** - Tempo Itinerante
- UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais
- UNB** - Universidade de Brasília

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Árvore genealógica	23
<b>Figura 2</b> – Atividade coletiva interdisciplinar no CEF Pípiripau II Tempo Escola	41
<b>Figura 3</b> – Atividade coletiva interdisciplinar no CEF Pípiripau II Tempo Escola	41

### QUADROS

<b>Quadro 1</b> – tempos educativo	36
<b>Quadro 2</b> – descrição dos tempos educativos	38
<b>Quadro 3</b> – tempos educativos (continuação)	38
<b>Quadro 4</b> – Instâncias de organicidade	39
<b>Quadro 5</b> – Organização dos tempos educativos (horários)	43
<b>Quadro 6</b> – Cronograma dos tempos educativos	46
<b>Quadro 7</b> – Entrevista semiestruturada com educandas(os)	59

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>MINHA HISTORIA, MINHA TRAJETÓRIA: tecendo considerações.</b>	18
<b>CAPITULO I: EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIREITO DA CLASSE TRABALHADORA.</b>	25
1.1. Educação do Campo	25
1.2. Educação Popular	28
1.3. Educação de jovens e adultos (EJA)	31
1.3.1. Educação popular, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo: lutas que se articulam e se fortalecem para a emancipação humana	33
1.3.2 Alteridade - respeito à autonomia do educando	34
1.4. Projovem Campo Saberes da Terra- Direito da classe trabalhadora à educação	35
1.5. Organização do Tempo Escola	37
1.5.1. Contexto da Escola	42
1.5.2 Quem são esses jovens	45
1.5.3. Por que estão sem estudar?	45
<b>CAPÍTULO II: MÉTODO E MATERIAL</b>	47
2.1. Pesquisa Qualitativa	47
2.2. Instrumentos da Pesquisa: Grupo Focal	47
2.3. Entrevista semiestruturadas	49
<b>CAPÍTULO IV: ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO</b>	50
4.1. Análise do grupo focal com Educadores do Projovem Campo	50
4.2. Análise da entrevista com o coordenador do Projovem Campo	54
4.3. Análise da entrevista com os educandos do Projovem Campo	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	64
<b>REFERÊNCIAS</b>	66
<b>APÊNDICES</b>	
Apêndice I Roteiro de perguntas para o grupo focal	69
Apêndice II Roteiro de perguntas para o coordenador do Projovem Campo	69
Apêndice III Roteiro de perguntas para os educandos do Programa Projovem	70

## INTRODUÇÃO

O Projovem Campo Saberes da Terra insere-se no Programa Nacional de Educação de Jovens integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares. Um dos pressupostos orientadores desse Programa é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta, historicamente, nasce da união e compromisso entre a alfabetização e a educação popular, considerada como ampliação de oportunidades das classes populares. A EJA concebida como um processo de grande extensão e profundidade, destinando-se a grandes contingentes populacionais, com possibilidade de melhoria de vida pela leitura de mundo e sua transformação. A educação popular, concebida como um instrumento de libertação das classes oprimidas (FREITAS, 2007).

Com um olhar panorâmico pode-se visualizar as ações desenvolvidas tendo como foco processos educativos junto às populações juntamente ao sistema educacional ou via alternativas a exemplo das políticas públicas em articulação com os movimentos sociais.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa Projovem Campo: Saberes da Terra, em que investigo se há evasão escolar nas turmas desse Programa. Com este estudo espero poder contribuir com o Projovem na região do Pípiripau, apresentando essa temática para reflexão, que tem sido um dos principais pontos de atenção do coletivo de educadores responsável pelo desenvolvimento do Programa, além de estar inserida numa questão mais ampla, que é o direito da classe trabalhadora à educação.

Anseio, ainda, que esta pesquisa aponte as possíveis causas da evasão dos estudantes nas salas do Projovem, bem como desvele caminhos que possam revelar políticas condizentes com a realidade dos jovens do campo; e ainda, que a pesquisa possa responder por que um projeto destinado a jovens moradores da área rural conta com tão poucos recursos do governo federal e local? Sabendo-se que investir no jovem é investir no amanhã, um amanhã que começa hoje.

Um fator relevante na temática abordada nesse trabalho é a tomada de consciência pelos educandos, de sua situação socioeconômica, pois só assim

conseguirão defender seus direitos e conquistas perante a sociedade e desse modo poder sair da condição de marginalizado social.

As escolas rurais na maioria das vezes atendem aos jovens até completarem o ensino fundamental e depois é preciso ir para a cidade mais próxima para continuar o próximo ciclo de estudo. É assim que se quebra o vínculo com a educação dos jovens na área rural, e é nesse trajeto que os conhecimentos dos sujeitos do campo se perdem.

O Projovem campo é um Programa do Governo Federal em convênio com o Governo do Distrito Federal (GDF). Ao reconhecer as necessidades próprias dos sujeitos do campo, sua diversidade e realidade, o Governo Federal, constrói e prioriza uma política educacional aliada à construção de uma política nacional de juventude que reconheça os jovens do campo como sujeitos de direitos.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI) com a intenção de respeitar o direito dos povos do campo à Educação, bem como suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial, entre outras), implementou o Programa Saberes da Terra, destinado à escolarização de jovens agricultores/as em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação social e profissional.

Como uma ação de política de Educação do Campo, o Projovem Campo, criado em maio de 2008, a partir da reformulação do Programa Saberes da Terra:

Tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB N° 1 de 03/04/2002 (<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4572.pdf>).

Para que essa ação ocorresse de modo satisfatório foi feita a articulação com a política de Juventude, ambas indispensáveis para a materialização dessa proposta. No sentido de melhor desenvolver o que se propõe no Programa no DF, a Secretaria de Secretaria de Educação do DF (SE/DF), por meio do Núcleo de

Educação do Campo e da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) estabeleceu uma parceria com a Licenciatura em Educação do Campo - UnB (LEdoC), para a formação dos educadores do Programa e atuação de estagiários da Licenciatura.

No decorrer dos seis meses em que estagiei no Projovem Campo, comecei a perceber que os educandos já não demonstravam tanto entusiasmo com o projeto, começando a diminuir a frequência. Ao conviver com essa situação, surgiu o questionamento: por que alguns estudantes estão deixando de frequentar as aulas, depois de ter retornado aos estudos, após um tempo fora da escola?

A equipe pedagógica, da qual os estagiários participam, reúne-se semanalmente para fazer sua formação, atendendo a exigência do Projovem e, também, planejar as atividades da semana. Nesses encontros os questionamentos eram reforçados e eu me perguntava juntamente com a equipe: o que estará faltando a esses jovens? Será que é a metodologia utilizada em sala de aula que não contempla o que os estudantes esperam? Ou será a situação econômica, isto é, o fato de terem que trabalhar? A distância do local de trabalho, já que muitos trabalham fora do seu local de moradia? O que será que está fazendo com que esses jovens deixem de frequentar as aulas?

Outros fatores surgiram e começaram a fazer parte das discussões dos estudantes e pude perceber que esses fatores interferiam na frequência às aulas. Um deles era em relação às mães de crianças pequenas, que não tinham com quem deixar seus filhos e nem podiam levar no transporte escolar. Outro fator que contribuiu para a desistência de algumas mães foi a falta da sala de acolhimento, essa sala seria o local onde as crianças deveriam ficar enquanto as mães participavam das aulas, com melhor aproveitamento.

As aulas práticas que deveriam ser no período diurno não deram certo porque o material necessário chegou com quase um ano após o início do programa, inviabilizando o planejamento dos educadores, e outro problema é que a maioria dos estudantes trabalhava durante o dia, inclusive aos sábados, dia que a aula prática seria realizada.

A promessa de reformar a escola que sedia o projeto, adequando-a às necessidades do mesmo também não aconteceu. As crianças filhas das(os) estudantes não podiam usar o transporte escolar, sendo que esses pais e mães tinham que levar seus filhos para a escola.

O jantar que estava previsto no projeto foi substituído por lanche, pois os alimentos não foram entregues no tempo previsto. Os materiais didáticos só chegaram quase três meses após o início das aulas. Não é de se estranhar que a educação em nosso país não sai das plenárias, onde fazem de conta que educação, saúde e políticas sociais são prioridades em uma sociedade capitalista.

O Projovem Campo contou inicialmente com 7 (sete) educadores, 4 (quatro) estagiários estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Faculdade UnB Planaltina (FUP); uma coordenadora pela Secretaria de Educação do DF, 1 (hum) coordenador Pedagógico da equipe contratado pelo edital.

Como parte da equipe há ainda os 4 (quatro) motoristas responsáveis pelo transporte escolar, pois são quatro ônibus que transportam os estudantes, saindo das comunidades para a Escola no Pipiripau II. É importante destacar que os motoristas se integram à equipe uma vez que participam das atividades coletivas, são solidários.

Um dos avanços foi a implementação do Programa na região de Planaltina, com especificidades para o campo e a integração com o curso de Educação de Jovens e Adultos, alfabetização e escolarização de primeiro segmento. Esses fatores não impedem de apontar algumas dificuldades que os jovens encontram, os professores também enfrentam uma série de dificuldades, como por exemplo: o atraso no pagamento de salário, falta de condições de trabalho, muitas vezes não dispendo nem mesmo de recurso para o transporte, e isso acaba desmotivando-os, alguns já deixaram o programa, pois tem família para sustentar. Somado a esses fatores o material didático é bancado, muitas vezes, pelos educadores que, mesmo nessa situação, levam a proposta com o seu compromisso de educador e militante. Os livros didáticos só chegaram às mãos dos educandos alguns meses depois do início das aulas.

Também existiram casos de alfabetização, onde alguns professores não estavam preparados para esta realidade, e sentiram dificuldades em alfabetizar esses alunos e até mesmo de escolarizar, devido ao longo tempo em que trabalhadores do campo ficaram sem frequentar um ambiente escolar, então são vários os fatores que impedem o bom aproveitamento de ensino e aprendizagem, dentre eles estão, o trabalho no campo e a alfabetização de jovens e adultos.

Diante dessas considerações, foi traçado como objetivo geral da pesquisa, investigar os fatores que levam à evasão os estudantes do Projovem

Campo, na região do Pípiripau II. Um dos objetivos específicos foi conhecer a proposta do Projovem para melhor compreensão do processo educativo e a forma de inserir e manter o jovem na escola; contribuir com reflexões que ajudem a diminuir a evasão no Projovem Campo nas salas da região do Pípiripau II.

As justificativas que me levaram a pensar em pesquisar o Projovem Campo: saberes da terra partem de algumas questões observadas por ocasião da implantação do Programa. Uma vez iniciadas as atividades, vários problemas surgiram, desde questões administrativas no âmbito da Secretaria de Educação, passando pela estrutura da escola onde as aulas ocorrem no Tempo Escola, até as articulações político administrativas mais amplas, que envolvem o governo federal e o governo distrital, como por exemplo: repasse dos recursos e assinatura do contrato de trabalho dos professores.

Nesse sentido o Programa assume relevância como uma política voltada às demandas da população das áreas rurais, se levarmos em conta o êxodo rural de agricultores familiares, em busca de melhorias para suas famílias, em especial para a educação dos seus filhos, que, por falta de escola ou de oportunidade de estudar, são obrigados a abandonar o campo.

É nessa expectativa que o Projovem chega até às comunidades de Planaltina e Sobradinho no Distrito Federal. Sendo assim, o tema assume relevância no contexto da educação em geral e da Educação Popular, de Jovens e Adultos e Educação do Campo. Esses aspectos levam a entender que cada povo tem sua cultura e que os conhecimentos são diferenciados, o que significa pensar e construir uma escola no campo levando em conta as especificidades dos seus sujeitos, portanto, uma escola inserida na luta por terra, para inverter a lógica de que se estuda para sair do campo.

Há que se investir em uma escola e um currículo que interpretem a realidade, que possibilitem a construção de conhecimentos, com base em matrizes tecnológicas que tenham como eixos articuladores a produção econômica e de relações de educação e trabalho, que contemplem a vida a partir de estratégias sustentáveis e solidárias, para um diálogo crítico com a realidade.

Outro fator que me motivou a estudar esse tema foi a forma como o Projovem Campo se desenvolveu nas comunidades da região de Planaltina, foi a consonância que o mesmo tem com o curso da Licenciatura em Educação do Campo, pois



também tem a metodologia em alternância, visando contribuir com a inclusão da classe trabalhadora do campo no espaço da escolarização.

Essa metodologia de ensino e aprendizagem é organizada de acordo com a jornada de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores da reforma agrária e demais povos do campo, que necessitam de um calendário escolar que respeite as suas especificidades.

O presente estudo está organizado em quatro capítulos, a saber. No primeiro capítulo apresento a trajetória de vida e militância da pesquisadora e as justificativas do tema pesquisado. O segundo capítulo contém o referencial teórico, neste capítulo também são abordados os temas Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, considerações sobre o Projovem Campo Saberes da Terra, contextualização da escola e a organização do Tempo Escola do Programa.

No terceiro capítulo apresento a metodologia da pesquisa e seu desenvolvimento, que se deu através da pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento de pesquisa o grupo focal e entrevistas semiestruturadas com os educadores, educando e o coordenador do programa.

Por fim, no quarto capítulo apresento a análise e interpretação dos dados e uma discussão acerca dos seus resultados; por seguinte, apresento as considerações acerca do estudo e aponto perspectivas.

No decorrer do trabalho adoto a primeira pessoa do singular quando me refiro a ações diretamente ligadas à pesquisadora. Ao me referir a ações do coletivo ou de ordem mais geral, adoto a primeira pessoa do plural. Com relação ao nome do Programa em estudo adoto em alguns momentos Projovem Campo ou apenas Projovem.

## **MINHA HISTORIA, MINHA TRAJETÓRIA: tecendo considerações**

Todos nós passamos por situações de riscos e dificuldades, cabe-nos saber como lidar com essas situações. Os desafios surgem rapidamente, e nós devemos lidar com eles. Ainda muito jovem tive que lidar com algumas mudanças, não só mudança de endereço, mas, também na vida particular, com elas vieram novas amizades, no entanto isso me ensinou como desviar das pedras e enxergar sempre o horizonte.

O meu intuito ao contar minha história é mostrar que apesar das dificuldades sejam elas quais forem todos temos que ter fé em Deus e esperança, acreditar que a cada dia é uma nova oportunidade para fazer tudo diferente, para mostrar que todos somos capazes, quando acreditamos que tudo é possível quando realmente queremos.

Estabelecendo metas, ter um propósito para nossa vida, ir em busca de objetivos, sem jamais pensar em desistir, eu pensei em desistir, mas veio uma poetisa bondosa e me fez mudar de ideia, abater-se com os obstáculos, faz parte da vida, porém é na jornada que somos passageiros do futuro.

Dessa maneira, os sonhos se fazem realidade, e que acima de tudo sejamos felizes! A felicidade não é ter muito dinheiro pra gastar, possuir bens materiais de muito valor! Pois a felicidade está nos pequenos atos que praticamos na vida, um gesto de amor, uma demonstração de carinho, ser solidário, a alteridade com o próximo, fazer sem esperar nada em troca.

O que levaremos da vida são as lições que aprendemos com nossos erros e acertos. Eu procuro nunca me arrepender das coisas boas que faço, mas me arrependo de algumas coisas que deixei de fazer, agradeço sempre a Deus por cada amanhecer, vivendo mais um dia, pelo dom da vida e tudo de bom que puder me proporcionar.

Não quero passar pela vida sem deixar a semente da reforma agrária plantada, para que mesmo depois que eu não esteja por aqui, possam colher bons frutos no futuro.

Começo minhas histórias e memórias relembro dos meus antepassados: meus avós paternos nasceram em Galileia, Minas Gerais. A única informação que

tenho de minha avó e meu avô é que eles eram descendentes de pessoas escravizadas, história contada pelo meu pai. Minha avó materna, nascida em Cavalcante, Estado de Goiás, também descendente de pessoas escravizadas, hoje (2017) está com 98 (noventa e oito) anos ainda trabalha nos afazeres de casa.

A respeito dos meus pais, os dois se conheceram ainda jovens e se casaram a “contra gosto” da família, um dos motivos era por ele ser negro, e ter aparecido no povoado sem nenhuma indicação de qual família pertencia, sem parentes conhecidos na comunidade, era a cultura da década de 1950, conhecer a família do pretendente. Minha mãe era muito jovem, por este motivo a data do seu registro de nascimento foi adulterada, para que eles pudessem se casar, e assim o fizeram.

Minha mãe foi criada por parentes, teve o nome e a idade alterados para poder se casar, conforme mencionado, o nome que consta no registro é Joana Borges de Souza, mas na verdade era Joana Antônio Cardoso. Naquela época era comum alterar o nome e a idade das pessoas, especialmente das mulheres para fins matrimoniais ou ingresso na escola.

Meus pais tiveram sete filhos, cinco mulheres e dois homens, eu sou a segunda filha, atualmente com quarenta e sete anos de idade, moramos por muito tempo na roça onde tudo era difícil, mas nunca deixamos o trabalho duro acabar com nossa alegria de pertencer à agricultura a familiar.

A escola que frequentávamos era de pau à pique com cobertura de palha e chão batido, construída em um espaço dentro de uma fazenda. Para ir à escola “cortávamos caminho” por dentro das roças de plantio dos nossos vizinhos, de chinelo havaiana ou de pés descalços, vestido de chita, a mochila era saquinho de açúcar, de plástico desses de dois quilos, ou “embornar” uma espécie de bolsa artesanal da época, com todas as dificuldades, mas éramos felizes

Minha família produzia de tudo, arroz, feijão, amendoim, mandioca, melancia, mamão, cana; nós também criávamos porco, galinha e ainda tínhamos à disposição caças do mato como, tatu, paca, veado e também peixes.

Usufruíamos do Rio Bagagem<sup>1</sup>, o nosso rio fica no interior de Goiás próximo à cidade de Niquelândia, era um rio generoso, não só por causa dos peixes, mas era

---

<sup>1</sup> Nasce na região de Niquelândia (GO) e já foi explorado por garimpeiros de ouro na época colonial. Originalmente era um dos afluentes do rio Tocantins. Atualmente sofre com os problemas da região: desmatamento das nascentes e matas ciliares, poluição por esgotos de cidades e por atividades agrícolas e mineradoras, erosão e assoreamento. Pode ser atingido

nosso local preferido para se divertir, era cercado de muitas árvores, como: jatobá, murici, aroeira, tingui e sucupira, e era nessas árvores a beira do rio que nos balançávamos no cipó brincando de saltar de um lado para o outro, era o nosso dia de folga, saíamos cedo de casa e só voltávamos depois que o sol se punha, não havia almoço naquele dia a comida era tudo da natureza.

Em 2004 conheci um amigo e companheiro de militância, ele sabendo da minha origem camponesa convidou-me e insistiu para que eu conhecesse o seu trabalho como participante de movimento social de apoio ao trabalhador rural, que ficava localizado às margens da DF 330 km 2,5. Finalmente marquei o dia e fui conhecer a área onde havia sido montado um acampamento para quem quisesse sair da cidade e voltar às suas origens do campo ou simplesmente quem queria fugir da vida agitada das grandes cidades e produzir alimentos saudáveis.

Quando chegamos lá, me deparei com um povo sofrido, mas organizado, que estava ali não só por um pedaço de chão, mas, sim, por liberdade, educação, sustentabilidade, autonomia e apesar de não ter água encanada, tinha cisterna, apesar de não ter terra havia muita união, ou seja, um povo feliz e batalhador. A partir do mês de agosto de 2004 me apaixonei pela luta da reforma agrária.

Eu trabalhava de segunda a sábado no horário de 7h às 17h, me sentia frustrada por não aproveitar ao máximo das oportunidades que o acampamento onde moro poderia me oferecer, eu não me sentia feliz em sair da área rural, entrava num transporte coletivo lotado para trabalhar fora de casa, foi quando então decidi que já era hora de abandonar o sofrimento de ter que passar horas dentro de um ônibus para ganhar a vida e resolvi deixar de trabalhar fora do acampamento e me juntar aos companheiros para fortalecer a luta.

Então comecei a me inserir em todos os processos de luta em prol do coletivo, em 2007 após fazermos uma ocupação na gleba 81 para forçar a agilidade do processo de criação do acampamento Renascer, ficamos acampados neste local durante nove meses, período que contribuiu para meu crescimento social, pois nossa luta é coletiva.

Tínhamos o reconhecimento dos chacareiros/posseiros, e todos os companheiros que moravam no acampamento eram famílias ligadas ao Movimento Apoio ao Trabalhador Rural (MATR), e participavam da luta. No mesmo ano, fizemos

um grande acampamento de reivindicações, unindo alguns movimentos sociais do DF e entorno, Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Federação Trabalhadores Agricultura Familiar (FETRAF) e permanecemos acampados por cerca de dois meses em frente ao condomínio Alto do Boa vista, às margens da BR 020.

Neste ano tivemos grandes avanços, “mas tudo o que é bom dura pouco”, recebemos a reintegração de posse da gleba 81 e junto com a reintegração, a promessa de criação do assentamento, e em pouco tempo desocupamos a área de forma pacífica, pois o MATR sempre prezou por não colocar a vida das famílias em risco ou em confronto direto com a polícia, e apesar de voltarmos para a beira da estrada, voltamos felizes pois havia sido acordado que o acampamento seria criado novamente, renovamos nossas esperanças do tão sonhado pedaço de chão.

Em janeiro de 2008 retomamos as margens da DF 330, naquele ano o número de famílias que permaneceram na luta, foram cerca de 60 famílias, menos da metade dos 200 que ocuparam a gleba 81 em 2008, mesmo assim ficamos muito unidos por um só objetivo na emancipação as famílias excluídas socialmente pelo capital.

Permanecemos às margens da DF 330 por aproximadamente um ano e meio, ou seja, de fevereiro de 2008 a maio de 2009, quando depois de uma grande jornada de lutas pela reforma agrária, realizada junto ao MATR, conseguimos a autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para entrar na gleba 127 da fazenda Sálvia.

A gleba 127 foi doada ao INCRA para assentar 240 famílias ligadas ao MATR, MST e MTD em 760 hectares. Somente um ano depois em outra jornada de lutas surge um novo fato que informava que dos 760 hectares doado ao INCRA pelo (SPU) Secretaria de Patrimônio da União para assentar 240 famílias, somente 183 poderia ser utilizado para fins de reforma agrária.

No ano de 2009 mais precisamente no dia 15 de maio, foi liberado para que as famílias pudessem aguardar com mais tranquilidade a criação do assentamento Renascer. Eu já estava com 36 anos de idade, trabalhava na faculdade Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), situada na Asa Norte e Asa Sul.

Nessa ocasião, apesar de ter contato com um curso de educação superior, para mim parecia algo inatingível fazer uma faculdade, não por eu não ter capacidade de estudar, mas, sim, por questões financeiras.

Neste período conheci meu atual companheiro que me apoia em todos os momentos de minha vida e também foi quem me incentivou a voltar a estudar e concluir o ensino médio. E foi por intermédio de uma colega militante que fiquei sabendo que a Universidade de Brasília, mais especificamente o *campus* de Planaltina oferecia um curso de licenciatura para pessoas da agricultura familiar. Fiz o vestibular e hoje estou próximo a concluir o curso.

Deixei de militar no (MATR), atualmente faço parte da (FNL) Frente Nacional de luta, campo e cidade, e (FNRML) Frente Nacional Revolucionária de Mulheres de Luta.

Foi assim que se deu minha trajetória de vida, articulando-se às lutas pela terra, dignidade e trabalho. A Educação do Campo entrou para oportunizar conhecimento e ampliar minha participação nos movimentos sociais do campo e educação popular, com instrumentos teóricos e práticos que ampliam meu universo de participação e contribuição com essas causas e atualmente, com muita persistência e luta, moro no acampamento Renascer, situado às margens da DF 330 km 2,5.

Hoje somos apenas quatro na luta, o futuro é incerto, porém, estamos trabalhando para que seja melhor do que o passado.

Em 2012 após uma noite e um dia de ocupação em uma área próxima do Renascer acampamento onde moramos, minha irmã Maria Regina decidiu que estava na hora de ir ver os filhos mais novos que haviam ficado em casa, pegou carona com uma pessoa que chegara ao novo acampamento que acabava de ser

montado há três dias, por volta das 18 horas, sentido ao Paranoá, quando em um retorno sofreu um acidente ficando em coma, e veio a óbito, deixando 4 (quatro) filhos.

Em 2014 minha outra irmã, Maria de Fátima, que era moradora de rua já há muito tempo, ela tinha o hábito de dormir com chiclete na boca, e morreu sufocada com a goma deixando também 4 (quatro) filhos, todos foram adotados por famílias desconhecidas.

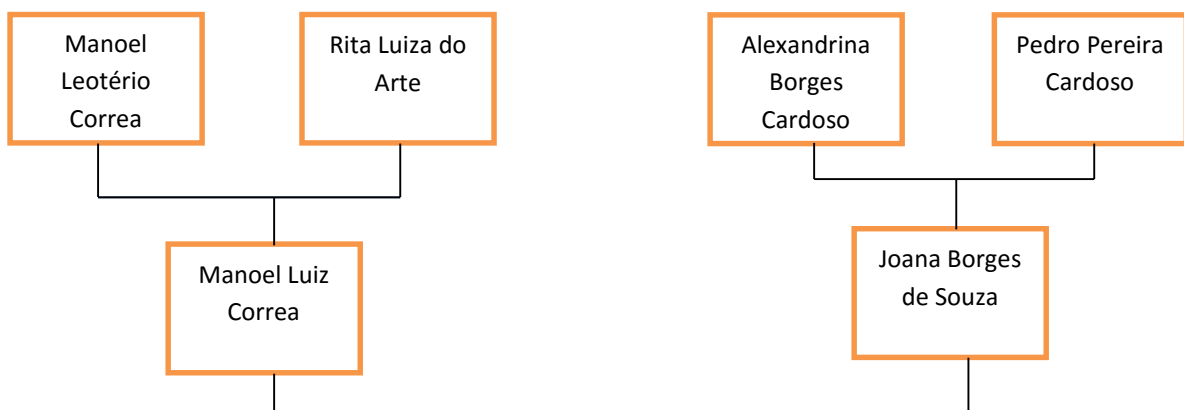
Em janeiro de 2016, por volta das 16 horas, quando após um plantio coletivo onde plantávamos o milho para nossa festa da pamonha, que realizamos todos os anos, deitei no sofá para descansar, estava um pouco frio, quando fui acordada por meu companheiro, perguntando se havia escutado tiros, quando saí para ver o acontecido, meu irmão Edilson, tinha sido baleado, infelizmente ele foi baleado na cabeça entrou em coma e veio a óbito, no entanto em uma atitude solidária salvou algumas pessoas que estava na fila para doação de órgãos, sete pessoas foram beneficiadas com os seus órgãos doados.

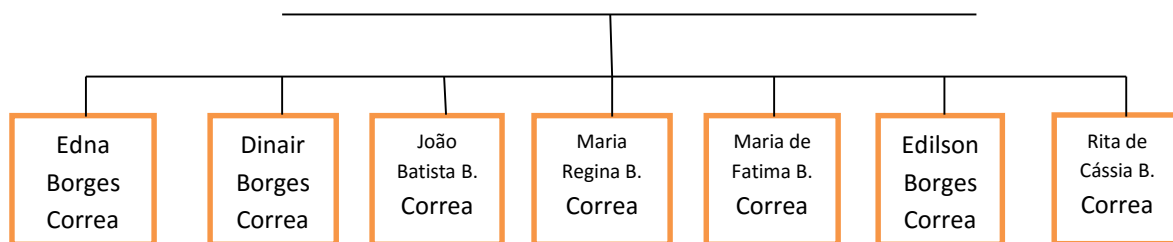
Somos mais uma família de trabalhadores da agricultura familiar que sofre com o descaso e a injustiça. Produzimos alimentos saudáveis que fazem a diferença para uma boa alimentação, mas que não está ao alcance de todos, por falta de políticas públicas e justiça social igualitária e democrática. Na luta por uma reforma agrária a partir do princípio da justiça social, muitos companheiros “caem por terra”, a terra que deveria ser um lugar de plantar soberania e segurança alimentar.

Minha família é oriunda da agricultura familiar, porém, dos sete irmãos só restam quatro, mas a luta continua, e o nosso lema é “ocupar, resistir!”.

A seguir apresento a árvore genealógica da minha família, mostrando minhas origens, com muito orgulho.

Figura 01 – Árvore genealógica





Fonte: Dinair Borges Correa

Essa árvore genealógica representa a minha descendência, pessoas que tiveram participação na minha vida e pessoas que ainda tem participação na minha formação enquanto militante e sujeito do campo, ou seja, minha ancestralidade, vinculada ao texto que apresenta meus antepassados como pessoas ligadas à terra. Uma família de origem camponesa.



# **CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO DO CAMPO: direito da classe trabalhadora**

## **1.1. Educação do Campo**

A Educação do Campo é uma oportunidade de inclusão da população que mora na área rural, pois sua finalidade é a formação da classe trabalhadora do campo, tornando-a apta a enfrentar os desafios de produzir a vida nesse meio. Com uma concepção de campo como espaço de vida, a Educação do Campo com suas metodologias inovadoras, possibilita a educandos e educadores participarem, por meio de debates e vivências empíricas dos sujeitos do campo, dos processos educativos escolares ou não escolares para a construção de conhecimentos que contribuam com o fortalecimento de suas lutas.

Como afirma Brandão (2013), de tudo que se discute sobre a educação, algumas das questões entre as mais importantes estão escritas em uma carta de seis Nações Indígenas dos Estados da Virgínia e Maryland, nos Estados Unidos, em que colocam seu entendimento acerca da educação, dizendo que “não há uma forma única nem um único modelo de educação; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 2013. p. 9). O que Brandão apresenta em suas reflexões é a concepção de educação que esses indígenas trazem na referida carta, de que não há um único modelo de educação e que esta varia de acordo com a cultura, com a especificidade de cada povo.

A Educação do Campo nasce de práticas locais, comunitárias e foi se constituindo como uma luta por políticas públicas, como única maneira de garantir o acesso, o direito dos povos do campo a esse bem social público, determinado pela Constituição Federal de 1988, artigo 205, nos seguintes termos:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

Aqui destacamos a educação informal como uma das primeiras formas de comunicação entre povos. Ela existe no cotidiano e constitui-se uma característica

de cada povo, adquirida e acumulada através dos tempos, e vem intermediando seus conhecimentos empíricos passando de geração em geração, não segue uma regra específica. Cada núcleo familiar se baseia no respeito ao próximo, uma educação mais humanística. Por isso ressalta Brandão:

Em mundos distintos, a educação existe de forma diversa em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou caçadores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais *sem* classes, *de* classes, com este ou com aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipo de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas (BRANDÃO, 2013. p 9 -10, grifos do autor).

Brandão continua seu raciocínio afirmando que existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo.

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais. A educação pode existir livre e, entre todos, pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens na divisão de bens, trabalho, direitos e símbolos (BRANDÃO, 2013. P 10).

E continua o autor “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.” (IDEM, p. 10-11). Nesse sentido, a Educação do Campo nasce como forma de criar e recriar espaços em que a vida pode se manifestar de diversas formas e os saberes produzidos pela comunidade possam ser valorizados e utilizados como instrumento de luta, de libertação.

O Projovem campo intenciona desenvolver um currículo que contemple os jovens atendidos pelo programa em suas especificidades. Para isto a organização do trabalho pedagógico foi pensada com uma metodologia própria para os estudantes da região do Pípiripau II. Essa metodologia é constituída em tempos educativos denominados tempo escola (TE), tempo comunidade (TC) e tempo inerência (TI). Ao propor uma formação que reconheça as necessidades próprias dos sujeitos do campo.

A alternância visa facilitar o acesso à educação a partir dos anos finais do ensino fundamental até a graduação, com possibilidade desses sujeitos atuarem nas comunidades e nas escolas do campo, retornando assim, os conhecimentos acadêmicos para suas comunidades, a fim de trabalhar a práxis em prol da transformação social dos povos do campo.

O debate da Educação do Campo começou a se consolidar na década de 1980 e o ano de 1998 foi um marco importante, conforme o trecho a seguir:

As bases conceituais da Educação do Campo foram traçadas na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, na cidade de Luziânia, em Goiás. Nessa Conferência foi reafirmada a luta pela a legitimação de projeto educativo para as escolas rurais, próprio das populações que vivem do campo e no campo. Em 2001, pela primeira vez, a Educação do Campo foi citada como política pública, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme Parecer n. 36/200, tendo como relatora, Edla de Araújo Lira Soares (NOVO GIRASSOL, 2014 p. 238).

A Conferência teve o objetivo de realizar políticas públicas para o desenvolvimento do campo e conseqüentemente da Educação Básica do Campo que fosse adequada e de qualidade para o campo brasileiro, que leve em conta a cultura, as necessidades e os sonhos daquelas(es) que vivem no e do campo.

A partir de então se inicia uma campanha para mobilizar as pessoas, com o objetivo de conscientização da causa, buscando o respeito e sanar com o preconceito em relação à escola rural, por séculos ignorada e abandonada, taxada como a massa analfabeta. Essa visão realmente existia e existe por falta de interesse do poder público.

Diante disso, a Educação do Campo vem trabalhando para que todos os sujeitos de todas as culturas camponesas se tornem livres de uma cultura de opressão em massa, por ser uma educação popular e de fácil acesso e entendimento, e que todos podem ser inseridos. “O movimento por uma educação do campo vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo (CALDART, 2002, p. 29-30)”.

O campo é lugar de produção da vida, de crescimento e não de atraso.

Para os movimentos sociais do campo, a escola rural, durante anos supervalorizou a cultura urbano-burguesa e, conseqüentemente, desvalorizou o trabalho e a cultura camponesa, distinguindo a cidade como o mais perfeito lugar para viver e o campo como lugar de trabalho árduo e atrasado. Assim sendo, a Escola do Campo surge para contradizer a escola rural e a tudo que ela representa como reprodutora das desigualdades sociais nas comunidades camponesas e conseqüentemente nas escolas.

A Escola do Campo surge como um novo pensar e fazer pedagógico ligado às necessidades dos sujeitos da Educação do Campo, entre eles estão os:

ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, quilombolas, posseiros, povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, agricultores familiares, assentados, acampados, extrativistas e trabalhadores assalariados rurais.

Pensar numa educação específica é olhar para uma realidade antes esquecida pelos governos do país, a educação do campo é um ideal a ser conquistado cotidianamente, acreditamos na educação como um dos meios de emancipação humana.

## **1.2. Educação Popular**

Para dar início ao tema em estudo, é necessário situar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no processo histórico. Tanto o Projovem, quanto a EJA tem suas raízes na educação popular.

A educação popular passou historicamente por vários momentos, desde o “entusiasmo pela educação”, o modelo agrário-exportador e industrial urbano e os contínuos movimentos e conflitos entre as décadas de 1910 e 1920 e o poder dominante pelas oligarquias agrárias, conforme aponta Paiva (2003, p. 47).

Com o “otimismo pedagógico” e a crença no poder reformador da educação, ou seja, a defesa de que a educação tudo pode e mudaria a sociedade. O "otimismo pedagógico" é uma tendência que se fortalece com o movimento pela escola nova e que segundo Paiva (2003), reduzindo as questões políticas e sociais em questões técnicas e pedagógicas.

Até a década de 1950 os católicos mantiveram-se em posição marcadamente conservadora em defesa da escola provada e do ensino religioso, conforme Paiva na obra citada. Somente no final dos anos 50 é que ocorrem transformações no pensamento cristão e se manifestam no campo prático sobre o movimento educativo brasileiro. “Os cristãos jovens, especialmente, começam a buscar um novo cristianismo para o qual o compromisso com as estruturas vigentes parece imoral. Discute-se no Brasil o problema relativo ao cristianismo e socialismo, à colaboração entre marxistas e cristãos (PAIVA, 2003, p. 52)”.

A primeira metade da década de 1960 foi marcada pelo surgimento de diversos movimentos de educação popular, tais como: os Centros Populares de Cultura (CPC) criada a partir de 1960; os Movimentos de Cultura Popular (MCP)

fundados em 1960; os Movimento de Educação de Bases (MEB) criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

É nesse contexto que Paulo Freire começa sua trajetória com uma educação de cunho humanista na perspectiva libertadora, com a participação popular, tendo como base a cultura.

A educação popular a que se dedica um educador exige uma reflexão crítica sobre a prática educativa. Os professores que atuam nessa área estão preocupados com a formação política dos jovens e adultos. Alguns grupos a exemplo do Projovem Campo intensificam a luta para manter os programas e projetos que atendem estudantes das áreas rurais.

O Projovem faz um resgate dos saberes do campo, daí a importância fundamental que se faça uma reflexão sobre o processo educativo que vem sendo construído no Programa, que propõe articular teoria e prática e respeitar a cultura e os saberes dos estudantes, com vistas a uma práxis transformadora.

Um dos princípios fundadores do Projovem da área rural de Planaltina é o trabalho como princípio educativo, interligado com a vida. Quando educação é ligada à vida, entende-se que está ligada à prática, o que propicia maior interação do indivíduo com a sua realidade e o desenvolvimento do pensamento crítico. Os fundamentos teóricos que norteiam o Projovem valorizam os diferentes eixos dos saberes da educação dos jovens e adultos, onde estão inseridos os valores empíricos dos sujeitos do campo, na perspectiva da educação popular, partindo e retornando para as experiências dos educandos, que muito têm a ensinar.

A educação popular deve dar ferramentas para os educandos lutarem contra o sistema hegemônico, percebendo as contradições de alguns “direitos”, que foram pensados e criados para manter o povo calado e conformado, como afirma Josué de Castro em obra do ITERRA organizada por Ana Maria de Castro, em que este semeador de ideias destaca a luta por uma sociedade justa:

[...] não se deve separar o econômico do humano, da melhoria dos grupos humanos, de toda a humanidade, como o objetivo final do desenvolvimento. [...] chamava a atenção para o fato de que os países subdesenvolvidos sendo subcapitalizados necessitavam assim fazer uma planificação, e citava o economista Ilka Paul Pont: ‘organizar a penúria para incentivar o desenvolvimento e arrancar a ignorância e ao analfabetismo estas grandes massas humanas: os condenados da terra’ (CASTRO, 2003, p. 50).

Alguns “benefícios” concedidos à população do campo nada mais são do que um meio de silenciar e controlar o povo, que continua direitos negados na saúde, na educação, no trabalho, e controlar a massa, é um dos meios que o sistema capitalista encontra para manter o povo “no cabresto”. Nesse sentido Josué de Castro entendia que a educação deveria libertar o homem, o que supõe uma pedagogia da liberdade que liberte os povos da América Latina da dominação da natureza, mas também da dominação de outros grupos humanos - de todos os tipos de dominação. “Quer isto dizer que é preciso educá-los para se libertarem econômica, política e espiritualmente”. (CASTRO, 2003, p. 50).

Entendia Castro que para desenvolver um programa de educação popular seria desencadear um movimento irreversível de transformação social, ao qual se oporiam as classes dominantes, hostis às ideias de transformações educacionais e sociais. Isto porque uma educação libertadora, com seus métodos transformadores oferece perigo a ordem estabelecida, para a manutenção de uma “democracia sem povo, em que um punhado de homens deve tudo saber e tudo dirigir, e as massas devem tudo ignorar e obedecer sempre”. (IDEM, p. 51). “A semente da educação popular foi assim plantada por Josué de Castro, como também o foi por Paulo Freire que elaborou a teoria da pedagogia do oprimido.” (IBIDEM)

A educação é a base para a transformação social, o povo deve ter consciência política, a educação é a única forma de preparar a população para entender sobre as questões sociais, e o porquê de existir tanta desigualdade. Investir na educação é formar cidadãos capazes de pensar e agir a partir dos problemas que os cercam, sujeitos aptos ao debate e com a capacidade de interferir na realidade para as mudanças desejadas.

Sendo assim, a Educação Popular na década de 1980 desenvolve-se como movimento voltado às populações denominadas marginalizadas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Com o objetivo de formar sujeitos com uma visão crítica, os grupos responsáveis pela educação de jovens e adultos criaram uma nova proposta pedagógica, no sentido da transformação social, a partir da base de onde nasce essa educação. A Educação Popular, como aponta (Barreiro, 1980, p. 30), passa a ser “caracterizada agora por seus projetos de vinculação a processos de liberação”. Entretanto, este projeto não foi compreendido por muitos grupos em toda a sua extensão. Alguns acreditavam que as transformações se realizavam de forma isolada, outros reconheciam que a atividade educativa era suficientemente “elevada”

para não se combinar com estratégia política de luta da classe oprimida e não aprofundar as questões relativas à opressão, tão evidentes em uma sociedade de classe.

O grande desafio que se propôs a esses grupos estava justamente no fato de que as interpretações de realidade de base humanista eram traduzidas em uma teoria oposta aos valores capitalista, mas também em uma prática que sustentava esse sistema social. E sustentava-o por ser absorvida por ele na mesma medida em que não podia ser integrada nas proposições concretas de luta do proletariado urbano e rural. (BARREIRO, 1980. p 37).

Diante das lutas da década de 1980, a Educação Popular se associa aos movimentos populares para o enfrentamento das questões sociais que atinge diretamente a população. A partir de Paulo Freire se fortalece o pensamento de uma educação popular que contribua para a organização da classe trabalhadora. Em sua origem, a educação popular:

Indica a necessidade de reconhecer o movimento em busca de direitos como formador, e também de voltar a reconhecer que a vivência organizativa e de luta é formadora. Para a educação popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar a realidade. Ela se constituiu, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação (PALUDO, 2013, p. 284).

Paulo Freire entende Educação Popular como “organização popular para exercício do poder que necessariamente se vai conquistando, [...]” entende também Freire essa organização do saber que é sistematizado [...] “ao interior de um “saber fazer” próximo aos grupos populares” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19-20, grifos dos autores). Trata-se de um modo de conhecimento que tem como ponto de partida uma prática política, afirmam esses autores.

É nesse movimento que a Educação do Campo se enraíza, vindo de uma trajetória de luta pela terra, por escola. Como parte dessa luta está a Educação de Jovens e Adultos na área rural.

### **1.3. Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

Como já foi mencionada anteriormente, a discussão acerca da educação de jovens e adultos neste trabalho apresenta-se inserida na educação popular.

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, destinada aos sujeitos do campo e da cidade aos quais foi

negado, ao longo de suas vidas, o direito de acesso e permanência na educação escolar, seja na infância, na adolescência, ou na juventude.

As razões para essa negação estão ligadas a vários fatores, como condições socioeconômicas, falta de vagas, sistema de ensino inadequado e outros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, em seu artigo 37, deixa claro que “A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria”. (BRASIL, 1996).

A EJA compreende o processo de alfabetização, cursos ou exames supletivos nas suas etapas fundamental e média. A EJA constitui um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, quando afirma que: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988) “os direitos garantidos por lei no Brasil não são suficientes para que os adultos brasileiros tenham de fato acesso à educação escolar, e os movimentos sociais do campo e da cidade têm lutado ao longo da história para mudar essa situação” (ARAUJO, 2012, p. 250).

É nas escolas tradicionais da sociedade capitalista que os educandos perdem seus conhecimentos empíricos, não há a troca de saberes, passando apenas a conteúdos depositários, onde a cada semestre se confere o extrato onde os conteúdos. Entediando as crianças rurais com conhecimentos inteiramente fora da realidade e não atende as suas necessidades de vida e de trabalho, no campo perdem uma extraordinária e irre recuperável oportunidade: a oportunidade de ampliar e aprofundar o ensino de conteúdos muito mais úteis e de aproveitamento mais imediato na correção das ineficiências causadoras do subdesenvolvimento rural.

Por isso o campo na opinião da maioria não passa de um lugar de atraso, no que diz respeito à educação. E os termos relacionados aos camponeses normalmente tem sentido pejorativo, desqualificando ou inferiorizando o camponês.

É nesse sentido que devemos formá-los para que tenham mais iniciativa a fim de tornarem-se menos dependentes do sistema capitalista, e com possibilidades de exercer a cidadania.

A “educação do campo é parte de um projeto popular que o povo brasileiro quer e é, ao mesmo tempo, um meio para fazê-lo acontecer” (KOLLING; Ir. NÉRY;



MOLINA, 1999, p.19) Os camponeses não estão em extinção, e não estão em condição inferior e necessitam de políticas públicas I.

Nesse sentido, a EJA foi reconhecida como direito na Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 208, inciso I, §§ 1º e 2º passando a ser obrigatória:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
 I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;  
 § 1º - o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º - o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96, reconhece a importância da EJA e em seu artigo 4º trata do Direito à Educação e do Dever de Educar:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;  
 VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;  
 VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

As bases legais da Educação de Jovens e Adultos reconhecem a necessidade de se considerar os estudantes dessa modalidade de ensino enquanto sujeitos singulares, com experiências em diversos espaços sociais, culturais e de vida, o que possibilita organizar tempos e espaços educativos próprios com uma proposta diferenciada e específica, de acordo com esse público.

### **1.3.1. Educação popular, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo: lutas que se articulam e se fortalecem para a emancipação humana.**

Nesta reflexão é importante notar que a educação popular está diretamente voltada para as lutas do povo, e especificamente dos povos camponeses, e tem como ponto de partida a realidade das classes menos favorecidas e oprimidas, seja na cidade ou no campo, o que fortalece o vínculo entre educação popular e educação do campo.

Nesse processo a Educação de Jovens e Adultos passa a ser um foco importante, porque trilha o mesmo caminho e faz o mesmo movimento: da libertação pela educação. A luta aqui vai além da terra, envolve produção, trabalho, produção

da vida, uma luta por direitos aos cidadãos do campo e todo o contexto que estão inseridos, tanto na educação, que é o foco principal, quanto nos demais direitos estabelecidos para qualquer cidadão – o direito à terra, ao trabalho, a dignidade, a cultura.

Paulo Freire influenciou vários movimentos culturais desencadeados na década de 60 tendo em vista a animação cultural, a educação popular, se integrando em campanhas e movimentos de alfabetização em todo o país. Seu envolvimento com o Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife foi significativo. Entendia a educação como processo de conscientização e possível ação política transformadora. “[...] os oprimidos, enquanto classe, não superarão sua situação de explorados a não ser com a transformação radical, revolucionária, da sociedade de classes em que se encontram explorados (FREIRE, 1982, p. 48)”.

A educação popular como aquela que antecedeu as lutas da Educação do Campo deve estar cada vez mais presente no cotidiano de qualquer programa destinado a EJA.

### **1.3.2 Alteridade - respeito à autonomia do educando**

A autonomia do educando se dará a partir do diálogo com o educador, e não por meio de submissão, subordinação, ou obediência do educado para com o educador, não havendo, portanto, necessidade de um saber apenas transmissivo e, sim, de mediação dos saberes. Parafraseando Paulo Freire (1996), “somos sujeitos de nossa própria autonomia”.

É nesse sentido que o professor autoritário, “afoga a liberdade” do educando, amesquinha seu direito de estar sendo curioso e inquieto, suas inquietações geram motivações para o aprendizado. O educador instiga os educandos a serem pesquisadores, a partir de suas indagações e dúvidas, ele media a relação entre o saber empírico e conhecimento científico, e o educador tem consciência que não é detentor do conhecimento, conforme afirma Freire:

Este é um saber fundante da nossa prática educativa, da formação docente, o da nossa inconclusão assumida. O ideal é que, na experiência educativa, educandos, e educadoras e educadores, juntos, “convivam” de tal maneira com este como com outros saberes de que falarei que eles vão virando sabedoria (FREIRE, 1996, p.58, grifos do autor).

Os saberes dos povos tradicionais do campo, não são vistos como um conhecimento científico, porém são estes saberes que são passados de geração em geração, então a sabedoria dos camponeses fazem a diferença na relação entre o empírico e o científico.

Esta relação deve ser de diálogo entre o educador e o educando, ou seja, alteridade, sempre se colocando no lugar do outro, para fortalecer as relações de mediação de conhecimento, sempre valorizando e respeitando a sabedoria popular. Como podemos ver na citação abaixo:

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de *transgressão* (FREIRE, 1996, p.59, grifos do autor).

É nesse sentido que os educadores buscam despertar a autonomia dos educandos com base nos valores éticos, respeitando a sua curiosidade sendo mediadores de conhecimentos, porque a curiosidade traz a inquietação do educando, para que ele se mova em sua busca. O educador também tem em sua busca autonomia e comprometimento, elementos necessários à pesquisa.

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que "ele se ponha em seu lugar" ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente a experiência formadora do educando, transgredir os princípios fundamentalmente éticos da nossa existência (FREIRE, 1996, p.59-60).

O Educador não deve pensar na ética como um "favor" que ele faz ao educando, mas faz parte da conduta do mediador de conhecimento, sempre respeitando os limites e as diferenças de cada estudante, valorizando a sua cultura e as sua identidade de origem, este é o papel do educador.

#### **1.4. Projovem Campo Saberes da Terra: Inclusão à educação**

O Projovem Campo - Saberes da Terra é um Programa do Governo Federal, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares em nível fundamental na modalidade de Educação de

Jovens e Adultos (EJA), com idade entre 18 e 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental. O Programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo. Tudo com base no programa de origem, os pressupostos do Programa ressaltam que:

O “Programa Projovem Campo - Saberes da Terra” foi criado em maio de 2008, a partir da reformulação do Programa Saberes da Terra, executado como projeto piloto no período de 2005-2008. A versão original do Programa foi constituída a partir de uma ação interministerial dirigida inicialmente pela Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC), tendo na direção a parceria da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério do Trabalho e Emprego. Além desses ministérios, em 2008, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, numa ação integrada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e com o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF), deu-se a reformulação que integrou o antigo Programa Saberes da Terra ao Programa Projovem, passando então a se chamar Projovem Campo Saberes da Terra. (MEDEIROS, Evandro Costa, 2011).

Implementada em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois (2007), ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja gestão era da Secretaria Nacional de Juventude. O Projovem possui outras três modalidades, Adolescente, Trabalhador e Urbano.

Em 2008, foram aprovados projetos de 19 estados e 19 instituições de Ensino Superior públicas, os quais estão sendo executados com a meta de atender a 35 mil jovens agricultores familiares. Em 2009 foram aprovadas 30.375 novas vagas a serem ofertadas por secretarias estaduais de educação de 13 estados. Previsto no projeto:

Está previsto no Projeto que os agricultores participantes recebem uma bolsa de R\$ 1.200,00 em 12 parcelas e têm de cumprir 75% da frequência. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância, intercalando tempo-escola e tempo-comunidade. O formato do Programa é de responsabilidade de cada estado, de acordo com as características da atividade agrícola local (<http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>).

O Projovem Campo que atende a área rural de Planaltina está cumprindo com a proposta pedagógica, no atendimento às comunidades com base na metodologia em alternância. No que se refere aos aspectos político administrativos algumas questões ainda não foram sanadas completamente e exigem um esforço que vai além da equipe do Núcleo de Educação do Campo da Secretaria de Educação do Distrito Federal e da equipe de Formação da EAPE, porque foge de sua esfera.

Dessa forma, as consequências para o desenvolvimento do Programa vêm sob a forma de desmotivação dos educadores, com reflexo nos educandos e até nos estagiários. Mesmo com todo o esforço e empenho dos educadores sabe-se que as questões pedagógicas por si só não respondem aos problemas no seu conjunto, pois, este é um papel do estado.

### 1.5. Organização do Tempo Escola – Projovem Campo Saberes da Terra

O Tempo Escola das turmas da região do Pípiripau está estruturado em “Tempos Educativos”, que visam organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo dos estudantes, em relação às tarefas necessárias aos objetivos do processo formativo pretendido, em consonância com os princípios da Educação do Campo e do Projovem. Toda a discussão sobre a organização dos tempos formativos está registrada no Projeto Metodológico do curso (PROJOVEM CAMPO DF, 2015), que prevê os seguintes tempos:

Quadro 1 – Tempos Educativos

Tempo Abertura - terças e quintas	Inicia o turno com atividades simbólicas que, utilizando diversas linguagens, apresentem as questões do campo, da educação do campo, dos movimentos sociais e sindicais, das lutas caponesas, etc. É tarefa dos GOs, com orientação dos docentes de linguagem, segundo escala elaborada pelo coordenador de turma.
Tempo Estudo: tempo diário	Destinado ao desenvolvimento do programa proposto pelo Projovem, aliando os saberes populares aos saberes escolares do Ensino Fundamental à qualificação social e profissional, conforme planejamento docente a partir da metodologia e material fornecidos pelo Projovem.
Tempo Alimentação: tempo diário	Tempo diário para alimentação dos estudantes, acompanhado pelos setores de cozinha e saúde, de forma a garantir que a alimentação seja uma oportunidade de

	exercício da coletividade e de aprendizado sobre a alimentação na manutenção da vida.
Tempo Análise de Conjuntura: tempo quinzenal	Realizado aos sábados, com o objetivo de debater questões emergentes na sociedade em relação à luta da classe trabalhadora e a questão agrária na atualidade.
Tempo Organicidade: realizado durante a semana e aos sábados	Realizado aos sábados, com o objetivo de debater questões emergentes na sociedade em relação à luta da classe trabalhadora e a questão agrária na atualidade.
Tempo Trabalho: realizado aos sábados	Destinado à realização de tarefas e serviços necessários à manutenção dos espaços coletivos e para o adequado funcionamento do curso. Será realizado pela vinculação de cada estudante a um dos setores de trabalho.

Fonte: Projovem Campo DF Turma 2015. Projeto metodológico – etapa1

Esses tempos formativos funcionaram, no início, com um certo estranhamento por parte dos educandos por se tratar de uma metodologia diferente em que o próprio educando fazia parte do processo com suas opiniões, sugestões e encaminhamentos. À medida que foram compreendendo o processo passaram a aceitar e incorporar essas práticas no seu cotidiano escolar.

### **Setores de Trabalho:**

Esses são setores compreendidos como dimensão formativa esses setores têm como objetivo proporcionar aos estudantes oportunidade de tomar parte na manutenção das condições materiais da vivência coletiva, como consta de seu projeto metodológico. Assim exercitam o princípio de solidariedade e cuidado com o outro, gerindo o próprio espaço de convivência, conforme previsto no Projeto Metodológico. Cada setor define seu/sua coordenador/a e é composto da seguinte forma:

Quadro 02 – descrição dos tempos educativos

<p>a) <u>Comunicação</u>: produção de mídias, audiovisual, jornal, blog e outros.</p> <p>b) <u>Memória</u>: registra a memória da turma, analisada pelos GOs e depois em plenária para aprovação. Deve propor e realizar o diálogo permanente com a turma para que a memória represente as percepções e compreensões do coletivo.</p> <p>c) <u>Secretaria</u>: organiza as atividades de secretaria necessárias ao</p>
--

- desenvolvimento do curso, segundo orientação do Coordenador de Turma.
- d) Ciranda: participa das atividades da ciranda, tanto no cuidado das crianças quanto na elaboração de atividades pedagógicas.
  - e) Cultura: propõe e realiza atividades destinadas à socialização e reflexão sobre expressões culturais diversas e resgate da cultura popular.
  - f) Produção: propõe, planeja e executa a produção agroecológica na área da escola. Organiza mutirões para a execução das tarefas, quando for o caso.
  - g) Ambiente: propõe, planeja e executa ações para melhoria do ambiente físico da escola, em diálogo com a direção da escola

Fonte: Projovem Campo DF Turma 2015. Projeto metodológico – etapa1

#### Quadro 03 – Tempos Educativos (continuação)

- h) Saúde: organiza uma farmácia verde e controla o uso dos medicamentos e materiais disponíveis. Propõe à cozinha a elaboração de chás de ervas naturais que contribuam para o bem-estar dos estudantes (gripe, estimulante, digestivo, etc.).
- i) Cozinha e refeitório: em diálogo e sob a orientação das cozinheiras limpa o refeitório após o café da manhã de sábado e auxilia na lavagem de louças e panelas. Organiza o coletivo e as condições para que todos os dias cada estudante lave a própria louça do jantar.

Fonte: Projovem Campo DF Turma 2015. Projeto metodológico – etapa1

Alguns setores nem sempre funcionaram como previsto, segundo avaliações dos educadores, por ocasião dos encontros de planejamento. A cozinha e o refeitório são organizados pelos funcionários da escola que, por questões administrativas, não permitem o acesso de outras pessoas. Por isso não foi possível desenvolver as tarefas nesse setor. Entretanto, durante as atividades do Tempo Comunidade e do Tempo Itinerância essas tarefas foram bem desenvolvidas e foi possível observar que os grupos faziam não só para cumprir uma tarefa, mas por gosto, pelo prazer de receber outros grupos em sua comunidade.

Setor de Saúde: também por questões administrativas não foi possível desenvolver a farmácia verde. Os chás de ervas naturais, que seriam feitos na escola, contribuindo para o bem-estar dos estudantes, ficaram por conta do tempo comunidade e do tempo Itinerância.

#### **Instâncias de Organicidade:**

Destinadas à vivência de experiências formativas da dimensão organizativa dos sujeitos, as instâncias propostas para esta etapa são assim constituídas:

Quadro 04 – Instâncias de organicidade

- a) Grupo de Organicidade - GO: espaço de acolhida, destinado ao encontro dos membros de cada GO para atividades relacionadas ao processo organizativo da coletividade, tarefas de cogestão do curso e estudos específicos, com a intencionalidade de formação da autonomia dos educandos. É a base de organização do coletivo, espaço primeiro de fortalecimento da afetividade e de identificação de problemas e questões que devem ser resolvidas dentro desta instância, caso diga respeito apenas aos membros do Grupo; ou encaminhadas para as instâncias seguintes quando forem relacionadas a questões do curso como um todo. Do tempo organicidade GO participam todos os membros de cada grupo, coordenados por um dos estudantes eleito ao início de cada etapa.
- b) Coordenação Político Pedagógico – CPP: reúne a equipe de coordenação pedagógica do curso, composta por educadores, coordenadores de GO e coordenadores de ST, para tratar do planejamento e replanejamento pedagógico da etapa, duas vezes por TE, no início e no final.
- c) Plenária da turma: espaço que reúne todos os estudantes para momentos de estudo, avaliação, reflexão e tomada de decisões a respeito do curso, das relações interpessoais e questões da organicidade

Fonte: Projovem Campo DF Turma 2015. Projeto metodológico – etapa1

A organicidade no Projovem é tratada como princípio e método, de acordo com o Projeto metodológico, o que significa dizer que traz uma prática de gestão democrática e auto-organização dos educandos. A vivência das turmas durante o tempo escola, do modo como é organizada, tem como objetivo:

Proporcionar uma experiência de auto-organização coletiva, com base no princípio da autonomia da turma e da gestão compartilhada entre a turma e a coordenação do curso; criar um espaço de formação com base nos princípios da cooperação e solidariedade; além de vivenciar uma organização do trabalho pedagógico tal em que todos os tempos e experiências de convívio têm intencionalidade formativa (BARBOSA, 2012, p. 147).

Para essa autora a proposta de organicidade é de uma estrutura horizontal de gestão, assumindo a democracia direta (e não representativa), envolvendo todos os participantes no processo decisório. Dessa forma os educandos participam efetivamente de todas as instâncias de decisões, e através da participação desenvolvem a capacidade de argumentar, de ouvir, e por fim de decisão coletiva.



### **Instrumentos da Alternância**

Esses instrumentos constituem os tempos educativos (TE, TC e TI) e se desenvolvem por meio de mutirões, atividades culturais, com o objetivo de compartilhar e refletir sobre as atividades desenvolvidas nos diversos espaços formativos, envolvendo educandos, educadores, parceiros e apoiadores. O Seminário de Preparação do TC, realizado ao final da etapa, tem como objetivo planejar coletivamente e definir a proposta para o Tempo Comunidade seguinte. Outro instrumento é o “Seminário de Avaliação da etapa: realizado no último dia da etapa com o objetivo de avaliar a etapa, identificando necessidades de mudança e novas propostas no sentido de projetar a etapa seguinte” (PROJOVEM CAMPO DF, 2015, p. 2).

No Projeto Metodológico estão previstas Oficinas de Informática e de Registro, estas mais especificamente voltadas ao letramento. As oficinas de informática ainda não foram estruturadas e as de letramento vem ocorrendo na medida em que o grupo de educadores consegue desenvolvê-las de acordo com suas competências e possibilidades.

A avaliação escolar “[...] é trabalhada como uma estratégia processual, considerando as diferentes dimensões da formação dos educandos/das [...]” e dispõe dos seguintes instrumentos: “Ficha individual de acompanhamento dos estudantes (pelo coletivo de educadores); Avaliação em GO; Auto avaliação; Portfólio”. Critérios: Presença no Tempo Escola. Realização das atividades propostas no TE. Desenvolvimento das atividades planejadas para o TC” (PROJOVEM CAMPO DF, 2015, p. 3)

O curso está organizado em 5 etapas, cada uma delas composta de dois tempos: Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), conforme as condições da realidade e o processo de desenvolvimento dos estudantes. Com o desenvolvimento do Programa foi criado o Projovem Campo Itinerante (PCI). O principal objetivo do PCI foi aproximar todo o coletivo do Projovem: educandos, funcionários da escola, motoristas, educadores e as próprias comunidades. O planejamento prevê a realização de atividades pedagógicas nas sete comunidades durante o Tempo Escola. Cada área providencia atividades para as aulas nas comunidades (SANTOS, 2016).

## Fotos do Tempo Escola- Projovem Campo- Saberes da Terra- Planaltina-DF



Fonte: Dinair Borges, 2015.

### 1.5.1. Contexto da Escola

O Projovem campo desenvolve suas atividades no Centro de Educação Fundamental II CEF – Pípiripau II, localizado no centro comunitário do Núcleo Rural Pípiripau II. O Projovem acontece na escola no turno noturno e recebe educandos de todo o território rural de Planaltina e Sobradinho. A Zona Rural do Pípiripau é uma das mais antigas do DF. O Projovem não tem aproximação com os demais turnos da escola, há propostas ainda em construção para esta aproximação.

Estão matriculados na escola cerca de 480 estudantes, originárias da área rural. A escola atende a comunidade local, assentados e acampados dos Movimentos Sociais, e entorno do DF, por estar bem próximo da divisa com o nordeste goiano, conforme informações do diretor da escola.

O Programa está sob coordenação do Núcleo de Educação do Campo da Secretaria de Educação do Distrito Federal este núcleo enfrentou e enfrenta

várias ofensivas contra a estrutura da secretaria de educação do GDF que tenta de várias maneiras barrar o avanço da discussão da Educação do Campo no DF. (SANTOS, 2016, p.38)

O trabalho docente realizado no Programa Projovem Campo - Saberes da Terra teve início no mês de agosto mais precisamente no dia 23 de agosto 2015 e finalizou no dia 07 de abril de 2016.

Quanto à distribuição do espaço físico, a escola está dividida em dois blocos: o primeiro se situa mais à entrada do prédio com acessibilidade e compreende os setores secretaria, direção, cozinha, almoxarifado e sala de informática; três salas de aula, um espaço que serve de refeitório, recreação e também para a realização de atividades pedagógicas.

Murais e cartazes estão espalhados pelas paredes. No segundo prédio encontra-se a sala dos professores, os banheiros feminino e masculino com acessibilidade, quatro salas de aula. Os dois prédios são ligados por cobertura que forma um corredor por onde circulam as pessoas. A área esportiva, destinada às aulas de educação física, fica na frente da escola em uma quadra poliesportiva coberta.

As salas de aula são de tamanho médio e estão separadas uma de outra, por paredes de alvenaria original do prédio, as salas são pintadas em um tom claro, tem piso com vermelhão, duas janelas basculantes nas paredes do fundo, um ventilador de parede, uma lousa branca, carteiras e cadeiras para os estudantes; uma mesa e uma cadeira para o professor. A pintura da sala é precária, bastante desgastada. Não há recursos de som, vídeo e projeção nas salas. Há uma TV grande na sala do refeitório que é utilizada para passar filmes e outros recursos com fins pedagógicos e recreativos.

Todos os dias os educadores levam o material necessário para as aulas do Projovem, porque não há um espaço na escola onde se possa deixá-lo.

O projeto teve início no período de março de 2015 com a seleção dos educadores e formação pedagógica, chamada para os estudantes e inscrição destes. As atividades docentes tiveram início no mês de agosto de 2015 e a primeira etapa finalizou em abril de 2016, conforme pode ser visualizado no cronograma a seguir:

Quadro 05 – Cronograma dos Tempos Educativos

<b>Etapa 1</b>	<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>
1ª	25/ agosto a 12 /setembro	14/setembro a 28/setembro
1B	29/setembro a 10/outubro	13/outubro a 26/outubro
1C	27/outubro a 14/novembro	17/novembro a 30/novembro
1D	01/dezembro a 19/dezembro	Conforme período de férias a definir

Fonte: Projovem Campo DF Turma 2015. Projeto metodológico – etapa1

Quadro 06 Organização dos tempos educativos (Horários)

Horário/Dia da Semana	Tempo/Atividade	Periodicidade
18h30 às 19h	Tempo Alimentação	Segunda a Quinta feira
14h às 18h30	Planejamento Coletivo	Segunda feira
19h às 19h30	Tempo Abertura	Segunda a Quinta
19h às 19h30	Tempo Organicidade	Quarta
19h às 19h30	Planejamento Individual	Sexta
19h30 às 22h	Tempo Estudo	Terça a Quinta;
8h30 às 9h30	Tempo Trabalho Ou CPP (etapa1)	Sábado
9h30 às 13h	Análise de Conjuntura	Sábado
14h às 18h	Tempo aula extensão	Sábado

Fonte: Adaptado de (Projovem Campo DF Turma 2015. Projeto metodológico – etapa 1)

Compõem o quadro do Projovem: educadores/professores, coordenador pedagógico, estagiários, parceiros e voluntários. Semanalmente, o grupo de educadores reúne-se para formação, planejamento e avaliação do Programa, momento em que são levantadas questões, para verificar a viabilidade do Tempo Escola e Tempo Comunidade.

O quadro docente Projovem é constituído de professores graduados em Educação do Campo pela UnB, outros são agro ecólogos de formação no Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* de Planaltina-DF e os demais são graduados nas áreas de matemática (Educação do Campo UFMG), geografia, de outras faculdades. Todos os educadores submeteram-se a um processo seletivo, por meio de edital e foram aprovados para compor o quadro docente do Projovem Campo. Os professores/as aprovados foram: Ipê Roxo, Ipê Amarelo Flamboyam, Ipê Rosa,

Pequi e outros quatro que não participaram da pesquisa e não atuam mais no Programa.

Durante os primeiros oito meses do Programa e as dificuldades que foram surgindo, principalmente com a demora no contrato e o atraso do pagamento, alguns educadores deixaram o curso.

A formação é acompanhada pela Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal (EAPE) e pela Coordenação de Educação do Campo da Secretaria de Educação do DF, com apoio da Faculdade UnB Planaltina, Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). É nesses encontros semanais que a equipe replaneja as atividades, corrige possíveis falhas e reorganiza a estrutura do Curso. Durante esse processo surgiu o Tempo Itinerância, denominado Projovem Campo Itinerante, destinado a atividades nas comunidades, para melhor atendimento aos estudantes e na busca de aproximar-se ao máximo da sua realidade.

### **1.5.2 Quem são esses jovens?**

Os jovens que fazem parte dessa modalidade de ensino são aqueles que por algum motivo não completaram as fases de ensino no período regular. São jovens do campo ou da cidade que por questões sociais se afastaram das salas de aula, seja para ajudar as famílias ou para exercer diversas atividades.

A esse público foi negado o direito à educação na infância, seja pela falta de vagas ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis a que vive submetido. Trata-se de pessoas marcadas pela exclusão e para as quais a EJA se constitui no resgate de uma dívida social. O jovem do campo sofre com o descaso das políticas públicas, sendo o campo considerado o lugar de atraso para muitos, lembrando que se o “campo não planta a cidade não janta”, como diz o slogan.

Os estudantes do Projovem são residentes nas comunidades rurais Palmeiras, Pedra Fundamental, Pípiripau, Rajadinha Sarandi, Taquara, Vale Verde, Assentamentos Oziel Alves, Pequeno Willian, Acampamento Oito de Março, Pôr do Sol, Rosely Nunes, pertencentes à região administrativa de Sobradinho e Planaltina DF.

### **1.5.3 Por que estão sem estudar?**

Observando a situação do acesso à educação de jovens e adultos no campo e nas cidades, no Brasil, constata-se um quadro de exclusão e marginalização, evidenciando uma realidade marcadamente desfavorável à população camponesa. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Dados indicam que, no meio rural brasileiro de forma global, a taxa de analfabetismo entre os adultos é de 23,2%, enquanto nas regiões urbanas chega a 7,3%; ou seja, no campo, a taxa de analfabetismo é três vezes maior. A escolaridade média das pessoas com mais de 15 anos no meio rural é de 4,5 anos; no meio urbano, chega aos 7,8 anos. Tal situação demonstra que a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria- conforme fixado no - inciso I, artigo 4. LDB-, não vem sendo cumprida no campo.

Diante desses dados podemos afirmar que o povo camponês não consegue concluir seus estudos, não por falta de interesse, mas por falta de oportunidades que contemple a sua realidade de luta e trabalho.

São vários os fatores que impedem as trabalhadoras e os trabalhadores de iniciar e permanecer no processo de formação educativa, como por exemplo: difícil acesso à escola, transporte, e falta de um calendário específico, ou seja, não existem políticas públicas suficientes que atenda a população camponesa. Como afirma o trecho do Dicionário da Educação do Campo:

O governo Lula 2003-2010 deu continuidade aos programas iniciados no Governo FHC e, no campo da alfabetização, trocou Alfa Sol pelo Brasil Alfabetizado (BA). Tal programa não se difere em sua essência dos demais desenvolvidos em governos anteriores: propõe um processo de alfabetização em poucos meses sem propósitos de continuidade dos estudos, com verbas restritas, falta de investimentos nos educadores e falta de materiais. Assim, as políticas que nortearam a educação de jovens e adultos no Brasil pouco se preocuparam com os homens e as mulheres trabalhadoras do campo (ARAUJO, 2012, p. 51, 253).

Portanto, a Educação do Campo sofre um descaso por parte das políticas públicas, esquecendo parte da população que tem seus direitos básicos negados. O Projovem está promovendo acesso à educação a esses jovens, mesmo que não atenda às suas especificidades.

## **CAPÍTULO II: MÉTODO E MATERIAL**

### **2.1. Pesquisa Qualitativa**

Este trabalho buscou interagir com o ambiente de origem onde o projeto se desenvolveu, ou seja, no Tempo Escola (TE), no Tempo Comunidade (TC) e no Tempo Itinerância (TI), como fonte direta para obtenção dos dados, exigência básica da pesquisa qualitativa. *“A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento”* (ANDRÉ e LUDKE, 1986, p.1, grifo das autoras).

A abordagem qualitativa é de cunho exploratório, pela necessidade de uma aproximação maior com o tema, não só pela escassez de estudo específico, mas para adentrar esse campo tão necessário aos estudos na área de educação.

Os dados foram produzidos a partir da observação, da escuta e do olhar atento à realidade na qual a pesquisadora esteve inserida. Para interpretar os dados foram utilizados o referencial teórico escolhido para este trabalho e a própria realidade dos educandos como fonte empírica para alimentar a pesquisa.

A pesquisa foi realizada nas turmas 5º ao 9º ano, do Projovem Campo: Saberes da Terra, que funcionam durante o Tempo Escola no Centro de Ensino Fundamental II do Pípiripau (CEF II do Pípiripau), núcleo rural de Planaltina – DF. Os sujeitos foram os educandos dessas turmas, os educadores e o coordenador pedagógico. Algumas conversas informais foram feitas com o diretor da escola para complementação de dados.

Compõem as turmas educandos que ultrapassaram a faixa etária exigida pelo Projovem (29 anos), adultos que integram a EJA. Constituem: uma turma de alfabetização - 1º e 2º anos, uma turma de escolarização - 3º e 4º anos. Os estudantes dessas turmas integram as classes do Projovem. E alguns desses estudantes fora da faixa etária exigida, participaram da pesquisa do trabalho.

### **2.2. Instrumentos da pesquisa: Grupo Focal**

Os recursos utilizados para a pesquisa foram o grupo focal, composto de 5 educadores, e entrevista semiestruturada com o coordenador pedagógico do Projovem. As falas foram gravadas em gravador manual, pela pesquisadora e transcritas posteriormente pela mesma. Paralelamente às gravações foram feitas anotações para o caso de haver necessidade de complementação. As notações do

grupo focal foram feitas por uma participante do grupo de estudo, que não fazia parte do grupo focal.

A escolha por este tipo de técnica surgiu como forma de aproveitar um espaço existente, qual seja, os encontros dos educadores para formação e planejamento. Surgiu também como oportunidade de reflexão acerca do Programa. Segundo Gatti (2005), o grupo focal é uma técnica que pode ser caracterizada como derivada das diferentes formas de trabalho com grupos.

Privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios conforme o problema de estudo, desde que eles possuam algumas características em comum que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo. Os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas (GATTI, 2005, p. 7).

Segundo Powell e Single (1996, p.449 apud Gatti, 2005, p. 7), um grupo focal “é um conjunto de pessoas selecionadas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa a partir de sua experiência pessoal”.

Essa metodologia muito usada nas décadas de 70 a 90 tornou-se uma forma de pesquisa comum nos dias atuais, o pesquisador deve saber mediar o debate, envolvendo todos os participantes na pesquisa, mas sem intervir ou induzir nas respostas da pesquisa, mas apenas encaminhando para que a temática da pesquisa seja contemplada, sempre deixando bem à vontade todos os sujeitos participantes da pesquisa. Nessa linha de pensamento Morgan e Krueger ressaltam:

[...] a pesquisa com grupos focais tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários. O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis (MORGAN; KRUEGER, 1993, apud GATTI, 2005, p. 9).

Dessa forma o grupo focal foi um método muito útil para efetivação da pesquisa com um tema único a ser pesquisado, as perguntas foram objetivas para que se chegasse a uma provável conclusão.



O grupo foi composto por quatro integrantes, que se disponibilizaram inteiramente a contribuir para a concretização desse trabalho, cujo resultado da análise encontra-se no item a seguir.

### **2.3. Entrevista semiestruturada**

A entrevista semiestruturada realizada com o coordenador do Projovem teve como principal objetivo obter dados acerca da possível evasão no Programa. A escolha dessa técnica deveu-se à importância da temática e às possibilidades que a técnica oferece para um diálogo em que o entrevistado possa ter mais liberdade de colocar suas ideias. A entrevista, segundo André; Lüdke (1996, p. 33) “representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados [...] é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais”.

## CAPÍTULO III: ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

### 4.1. Análise do grupo focal com educadores do Projovem Campo

A partir do roteiro aplicado aos educadores do Projovem Campo, com a técnica de grupo focal, foi feita uma roda de conversa para dar início à pesquisa dos prováveis motivos da evasão do Programa, com cinco perguntas fechadas para encaminhar o debate, finalizando com espaço livre para complementações. Estavam presentes quatro educadores do programa, Ipê Roxo, Ipê Amarelo, Ipê Rosa e Flamboyam.

Perguntas 1, 3 e 5

**(1) Falar da proposta do Projovem, público a quem se destina e se a proposta atende às especificidades desse público. Destaque pontos significativos da proposta**

**3) Houve evasão no Projovem? Se houve o que causou essa evasão?**

**(5) O que você destaca como mais significativo no Projovem para a inclusão e formação desses jovens?**

As perguntas 1, 3 e 5 foram respondidas juntas, devido a sua semelhança.

Os educadores afirmaram que o Programa não cumpriu com as metas que propôs, como por exemplo: a Ciranda, que seria uma sala de acolhimento para as crianças, alimentação adequada, e transporte suficiente para que os estudantes não passassem mais de hora na estrada para ir à escola. Esses fatores desmotivaram boa parte dos estudantes que desistiram.

Os educadores respondiam as questões em conjunto, se complementando durante o diálogo:

A proposta do Projovem prevista é formar jovens de 18 a 29 anos, jovens do campo que não tiveram a oportunidade de estudar, concluindo o ensino fundamental com a complementação na formação da agricultura familiar e agroecologia; [...] a proposta também é para atender esses jovens das comunidades do campo [...]. Essa formação faz parte do programa do governo de inclusão da juventude rural (EDUCADORES, GRUPO FOCAL).

A respeito dos pontos significativos da proposta, o educador Flamboyam afirmou que “esta questão de amplitude do território, e de conseguir atingir todo o território rural, disponibilizando o transporte e ter o espaço físico é um ponto significativo”.

Destacaram também algumas limitações, como afirmou (Flamboyam) “a primeira limitação é a questão do horário, que acaba estimulando muitos jovens a desistirem, o horário noturno não atende a realidade de todos”.

Em continuidade a esta discussão, o grupo destacou a segunda limitação:

A própria execução do programa, foi muito morosa a liberação de recursos, e por fim o limite da idade para participação no Programa limitou que estudantes acima de 29 anos, pudessem ingressar no Projovem, porém esse público que se considera jovem, mas não está dentro do limite imposto continua a estudar e frequentar toda a dinâmica das aulas do Projovem, e a maioria dos estudantes fora da faixa etária exigida, estão até hoje no Programa (FLAMBOYAM).

Essa limitação da idade para esse público jovem no campo, conforme aponta Ipê Roxo:

Tem que entender que especificamente no campo tem jovens que pararam de estudar e agora aos trinta/quarenta anos [...]; não entra nesse público; interessante que foi uma limitação que a gente viu; também de muitos jovens que não estão dentro desse limite de idade, mas que ainda não cursaram o ensino fundamental. Essa questão de ter somente o ensino fundamental é muito limitado teria que ser o ensino fundamental já com perspectiva de imediato de programar na mesma proposta já indo para o ensino médio.

Outro ponto de destaque apontado pelos educadores, é que o Programa só alcança até o II nível do ensino fundamental, mas a maioria dos educadores tem a perspectiva imediata de propor na mesma metodologia do Projovem ao ensino médio, dando continuidade à demanda que existe.

Afirmaram ainda que a proposta original do Projovem tem várias modalidades: “Ele é organizado em modalidades, por exemplo: o Projovem Urbano e Projovem Trabalhador. A proposta do Projovem Campo veio com a proposta de uma realidade diferente da nossa (Flamboyam)”. Flamboyam destacou: “é a realidade lá do Norte, em relação aos jovens do campo daqui”.

O grupo afirmou que no Distrito Federal, a maioria trabalha com Projeto Político Pedagógico (PPP) de percurso formativo, “trabalhando muito com jovens de acampamentos e assentamentos, e a maioria dos jovens do Projovem Campo - Saberes da Terra são da periferia do Distrito Federal, do que dos núcleos rurais,

outra parte são trabalhadores das fazendas” (Flamboyam) dessa forma os educadores fizeram várias adaptações à realidade dos estudantes, pois não seria possível executar o que é proposto no programa se não fizéssemos essa adaptação.

Ressaltaram alguns pontos positivos, embora o acesso à educação de uma forma diferente da tradicional, em que os estudantes estavam acostumados:

Essa educação dialoga com a vida deles, valorizando a história, uma formação além da ciência, mas uma formação crítica de mundo, na esperança de um mundo diferente do que eles são acostumados, com exclusão e subordinação, os educandos veem o Projovem como outra perspectiva de vida. Mesmo sendo vários os desafios esperam alcançar o nosso objetivo. O objetivo maior é a formação de ciência e a ampliação da visão de mundo, são duas formações com diferentes perspectivas, desde ser lutador para melhoria do seu próprio futuro e da sociedade. Essa formação influencia na questão da agricultura familiar, que foge do convencional pensando na agroecologia. Se fosse a educação pelo método tradicional, os educandos não conseguiriam se encaixar ao sistema convencional, pelo nível de dificuldade apresentado por eles, diagnosticado através de leitura, compreensão e apresentação dos textos trabalhados com as turmas (FLAMBOYAM).

As falas revelam vários aspectos que devem ser ressaltados. Um deles refere-se à educação que dialoga com a vida, a escola vinculada à realidade dos sujeitos.

O conteúdo da escola é preliminarmente o conteúdo da vida, do meio natural e social, sistematizado na forma de conceitos, categorias e procedimentos pelas ciências. No entanto, tal conteúdo não está desprovido de lutas e contradições. Se o conteúdo expresso nas bases das ciências é o conteúdo da vida em um outro nível de elaboração, seu domínio pela juventude não pode se dar fora da vida, fora do meio sem considerar suas contradições. E a vida não é a mesma em todo lugar (FREITAS, 2010, p. 4).

Os educadores explicitaram que as limitações são devido ao fato de os estudantes não terem essa formação mais cedo, os mais velhos ficam com vergonha de estarem em sala de aula junto com os mais jovens, por este motivo os educadores atuam com uma metodologia mais particular, ou seja, específica de cada estudante, sendo uma das características do Programa, que o deixou com esse diferencial.

Outro ponto positivo apontado pelo grupo de educadores foi o fato de o edital para professores do Projovem Campo ser específico para os egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo e Agroecólogos. O edital foi construído na perspectiva de inserir educadores e educadoras com o perfil específico para o

público camponês, ou seja, dando oportunidade para educadores que passaram por um processo de formação semelhante ao dos educandos.

Afirmaram que “automaticamente, a questão da metodologia se consolida por um coletivo de educadores forte, e não de cada um por si e Deus por todos, esse foi o diferencial muito significativo” (Flamboyam). Ressaltaram que todo esse cuidado em montar uma equipe de educadores com real e total vínculo com o campo, concretizou a formação da equipe docente do Programa, ressaltou Ipê Roxo.

## **Pergunta 2**

**Você considera que o educando do Projovem sente-se contemplado pela proposta? O que evidencia essa situação?**

De acordo com as respostas, os educandos se sentem contemplados, sim, porque sempre dão retorno tanto dentro das comunidades, e também no desenvolvimento que eles estão tendo dentro de sala de aula. Os educadores conseguiram perceber no desenvolver das discussões e debates a mudança, uma melhora desde os primeiros dias de aula até os dias atuais do Programa.

Deram um exemplo de aula prática que o educador Pequi fez no assentamento Oziel Alves, que se tornou aula de extensão na semana universitária da Universidade de Brasília, na FUP, isso para os estudantes é um bom retorno, afirmou Flamboyam.

Disseram sobre a importância dos relatos de alguns educandos que dizem “está na hora de plantar, dentro da proposta da agroecologia e contra essa monocultura”, e esse já é um bom resultado para o Programa, os educandos tiveram melhora na escrita.

Mesmo com as dificuldades, os educandos dão um retorno, e isso é uma resposta aos educadores e os motivam a continuar no Programa, e afirmaram que em cerca de quarenta educandos, precisam fazer um trabalho reforçado com um grupo em torno de vinte educandos, mesmo que tenha alguns desmotivados, a maioria faz valer a pena estar no Programa.

E o grupo afirmou que não sente os estudantes contemplados com o Projovem, somente quando eles não compreendem a estrutura da pedagogia do programa, mas a partir do momento que os estudantes começam a entender a

pedagogia da alternância, eles se sentem contemplados e passam a trabalhar de maneira aprofundada para que os estudantes entendam.

Dessa forma os educadores evitam que os estudantes fiquem frustrados e angustiados, quando não tem uma prova ou uma avaliação convencional, como funciona nas escolas tradicionais. No início do programa muitos estudantes não compreenderam a metodologia do, e acabaram deixando de ir.

Mas os estudantes que permaneceram conseguiram compreender a importância desse processo formativo, essa realidade da educação do campo, mas ainda tem os que não se sentem parte do processo e usam a escola para outros fins.

Então os educadores, estão pensando em redirecionar a proposta para descobrir a melhor forma de atingir cada estudante de maneira a não excluir nenhum deles, pois afirmaram “eles já são excluídos da sociedade”, se o educador não souber lidar, afastará mais ainda esses jovens estudantes, e ressaltaram “o educador se torna um orientador dos estudantes”.

#### **Pergunta 4**

**O que o Projovem tem feito para impedir a evasão e trazer de volta os educandos que interromperam sua participação no projeto?**

Os educadores afirmaram que foi criado o Tempo Itinerante, denominado Projovem Campo Itinerante (PCI), um novo tempo de aula feito para o Projovem, em que cada comunidade foi visitada, e os estudantes que desistiram puderam ver as ações do Programa e se motivarem, e as pessoas que ainda não conhecem o Programa possam conhecer e se interessar, e para que o tempo itinerante faça com que algumas pessoas percam o medo da violência e conheçam o trabalho do Projovem.

Buscamos em Freire (1996, p. 76) entendimento para essa atitude do grupo de educadores, quando o autor afirma que “ensinar exige apreensão da realidade”.

#### **4.3. Análise da entrevista com o coordenador do Projovem Campo**

Para a entrevista com o coordenador do Programa foram feitas perguntas a fim de se ter uma visão do todo, uma vez que esse profissional transita entre a sala

de aula e os demais espaços educativos, além da articulação com as instituições que compõem o Programa, seus parceiros e apoiadores.

Primeira pergunta:

Qual sua visão do programa Projovem Campo? Como tem sido sua atuação junto aos educandos no que se refere à proposta pedagógica e metodológica?

Primeiro ele relatou como se deu o início do Programa, que foi em agosto de 2015 na escola Centro de Ensino Pípiripau II, e que em junho desse mesmo ano foi feito um trabalho de campo com 08 educadores que passaram por várias comunidades para fazer as matrículas dos educandos e apresentar o Programa às comunidades. Relatou também que foi feita uma formação dos educadores pela Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal do GDF (EAP), e em 25 de agosto deu-se início às aulas na escola do Pípiripau. Disse ainda que a proposta é inovadora e está nas raízes da Educação do Campo, trazendo a realidade da vida dos estudantes para a sala de aula, e que traz em sua proposta a matriz formativa da Educação do Campo. “É uma proposta inovadora que está nas raízes da educação do campo de trazer essa realidade da vida dos estudantes para a sala de aula tem toda a matriz formativa proposta pela educação do campo, então nós seguimos essa proposta” (COORDENADOR)

Segunda pergunta:

Dos educandos que ingressaram no Programa quantos permanecem? Houve evasão? Se houve, quais as causas?

Para essas questões a resposta foi que houve 108 matrículas, mas era para ser 120.

Teve uma evasão de mais de 50% dos estudantes. Tendo atualmente cerca de 40 ou 50 educandos, com várias causas, dentre elas: trabalhadores que passam o dia inteiro na lavoura e durante a noite vão estudar, existiu muita desistência desses trabalhadores e trabalhadoras (ENTREVISTA COORDENADOR)

O Coordenador afirmou ser esta uma característica própria da evasão. Disse ainda que outro fator foi a questão burocrática do Programa, “que prometeu algumas coisas e não cumpriu, uma delas foi a bolsa dos estudantes, era para eles terem

recebido, porém depois de mais de um ano é que os estudantes conseguiram receber a bolsa e nem todos ainda receberam”.

Afirmou que “por questão burocrática da Secretaria de Educação, perdemos em média seis mães que não podiam levar suas crianças no transporte escolar, e por este motivo essas mães acabaram desistindo também”. Informou que depois de muita luta conseguiram a liberação da Secretaria de Educação para que essas crianças pudessem utilizar o mesmo transporte que suas mães, entretanto, as mães não retornaram para o Programa.

O entrevistado apontou outra questão para a evasão, “estava previsto uma sala de acolhimento para as crianças enquanto as mães estudavam, juntamente com um pedagogo, porém isso não aconteceu, então, muitos pais e mães desistiram”. E disse ainda: “avalio que foi essa questão burocrática do Programa ter prometido algumas questões e não cumprido, um dos principais fatores de evasão do Projovem”.

Outro fato que ele destacou foi a lida do trabalho, que “os estudantes tem que ir em casa, e depois para a escola, chega um determinado momento que eles não conseguem ir, pois se sentem cansados com a rotina”.

Afirmou sobre a questão do machismo, com alguns relatos de estudantes que afirmaram que “seus maridos não deixavam elas irem para escola: Ah, eu não fui porque meu marido não deixou mais que eu continuasse indo”.

O Coordenador ressaltou que uma comunidade inteira desistiu devido a um conflito entre as comunidades Taquara e a comunidade do assentamento Oziel Alves. “Dentro deste conflito houve morte, a partir daí começou um conflito interno na escola, levando a desistência de todos os estudantes do Taquara”.

Esses relatos revelam a falta de um coletivo maior para discutir as questões que vão além do Programa. Embora haja um coletivo no Projovem não é suficiente para discutir essas questões político-sociais uma vez que não houve uma articulação com as comunidades ao ponto de se conseguir essa construção, embora todo o esforço dos educadores. Esse fato denota que não se supera a escola capitalista com um Programa, mesmo sendo inovador, como é o caso do Projovem Campo. “Se em determinado momento histórico garantir acesso a esta escola representa um avanço para as classes trabalhadoras, expropriadas do conhecimento, isso não elimina ou redireciona as funções sociais historicamente constituídas para a escola atual (FREITAS, 2010, p. 1)”.



Terceira Pergunta:

Qual a sua atuação como coordenador para manter os educandos no Programa?

Ele afirmou que não existiu apenas a atuação dele, mas a atuação do coletivo, pois eles trabalham na perspectiva do coletivo, disse que a sua atuação fica impossibilitada devido à falta de políticas públicas, ou a falta de execução das políticas públicas que existem.

Alguns conflitos internos de comunidades de relação familiar os agentes envolvidos da equipe docente e coordenação não podem intervir, mas as questões da bolsa permanência dos estudantes eles fazem o máximo, visitando as comunidades, convidando os estudantes para retornarem, mas na sua maioria não voltaram.

Olha só não existe a minha atuação, existe a atuação do coletivo, que a gente trabalha nas perspectivas do coletivo, [...] após todos esses fatores ocorrido nós fomos nas comunidades, por exemplo eu fui sozinho na comunidade Taquara se o motivo era realmente esse aí eu detectei que era realmente; eles não estavam dispostos a ir mesmo para evitar conflitos piores a gente ligava fazia ligação para perguntar mas foge da nossa capacidade de atuação quando se trata de política pública ou se trata de dar execução da política pública em si; nós estamos ali trabalhando com eles mas a questão da execução de garantir a bolsa, a sala de acolhimento e garantir que as crianças possam ir no transporte junto com as mães, isso foge da nossa atuação. Alguns conflitos internos de comunidades de relação familiar a gente não pode estar interferindo e agora quando eles voltam a receber a bolsa nós fazemos uma intensificação com eles eu vou também na comunidade Rajadinha para ver se estes estudantes que desistiram por causa da bolsa retornassem para garantir o aprendizado para garantir a formação deles, mas a gente teve vários momentos preocupação de tá indo procurando de tá perguntando de tá incentivando a voltar, tivemos êxito em alguns estudantes voltaram mas na sua maioria não voltaram (ENTREVISTA COORDENADOR)

Com essa fala pode-se perceber a complexidade de se fazer uma educação numa perspectiva emancipadora, como propõe o Projovem Campo, pois não basta ter uma proposta inovadora, é necessário todo um conjunto de políticas e condições materiais e sociais para que essa proposta de materialize.

Quarta pergunta:

Quais os principais desafios do Projovem Campo?

De acordo com o entrevistado, o principal desafio do Projovem Campo é a questão do ensino e da aprendizagem, a formação dos estudantes, por não ter alguns professores de algumas disciplinas, “nós estamos com a preocupação de assumir áreas diferentes”, pois alguns professores desistiram. Ele e a equipe querem que os educandos

Tenham compreensão do que é a agricultura familiar, agroecologia, língua portuguesa, matemática, artes, ciências, história e geografia, que os educandos consigam dar a continuidade em sua vida estudantil, ou seja, embasamento científico e também consigam ter uma formação política, tendo compreensão de mundo. Que os estudantes assumam o lugar deles como sujeito camponês, e pensem numa sociedade mais justa, lutando sempre por um futuro melhor, e disse o maior desafio nosso é essa formação entregue em dois anos (ENTREVISTA COORDENADOR).

Quinta pergunta:

O que o Programa trouxe como avanços para a inclusão e formação dos jovens do campo?

Começou respondendo sobre o direito à educação, pois 108 pessoas se inscreveram no Programa, isso mostra a quantidade de pessoas sem acesso à educação na área rural. E afirmou:

Nós temos comunidades que não têm escola, nem transporte escolar, então eles não tem direito à educação, eles não têm acesso à escola, e com o Programa deu essa possibilidade de acesso à educação, mas não a uma educação qualquer. A proposta do Programa é muito boa, apesar de tudo que aconteceu, ele tem uma proposta bem interessante na perspectiva da educação do campo (ENTREVISTA COORDENADOR).

E ainda ressaltou a importância de garantir a educação ao povo do campo para o povo do campo.

Por fim, no espaço livre, aberto a considerações, o entrevistado apresentou reflexões acerca do Projovem Campo, falou da importância da parceria do Programa com a FUP/LEdoC, destacando que são muitas as atividades realizadas na Faculdade UnB Planaltina, e isso amplia a visão de mundo dos estudantes do Projovem, porque eles passam a ter um olhar mais ampliado.

O trabalho coletivo dos educadores faz diferença no processo de formação dos estudantes, na perspectiva de que ninguém faz nada sozinho, mas sempre com

muito diálogo e discussão em coletivo. E mesmo com tantos problemas administrativos e pedagógicos, o corpo docente se dedica para que em dois anos os estudantes saiam com uma formação social, além dos conhecimentos científicos.

O Projovem Itinerante conseguiu dar continuidade aos trabalhos de Tempo Comunidade do Programa, e não foi somente a questão teórica que foi trabalhada, mas principalmente a questão prática através do PCI, reinventando estratégias pedagógicas para garantir o mínimo de qualificação específica das ciências e também a qualificação social, respeitando as especificidades dos estudantes.

Destacou também que os estudantes não se enxergam como agricultores, porque a maioria vive em vilas rurais, e não tem sua própria produção, mas os que moram nos assentamentos têm a sua própria produção, entretanto de um modo geral, a maioria dos estudantes não produzem, e sim trabalham para outras pessoas, porém sem autonomia para produzir para si, e outra parte dos estudantes são de periferia, e se sentem excluídos.

O coordenador afirmou, ainda, que:

O Programa tem a missão de não excluir estes estudantes, porque se eles estivessem numa escola comum eles também seriam excluídos. O trabalho desenvolvido é de não excluir, de dar voz a esses estudantes que muitas vezes só têm voz nos grupos de amigos, fora desses espaços eles não têm voz (ENTREVISTA COORDENADOR).

O entrevistado enfatizou essa questão de dar voz a esses jovens. Freire (2005) afirma que o diálogo é a base da comunicação, é pela via do diálogo que conhecermos o outro, suas carências e necessidades. Por isso o Projovem tem esse papel fundamental, conforme ressaltam os educadores.

O coordenador relatou acerca de uma atividade de uma carta com a pergunta do porquê dos estudantes voltaram para a escola, em que foram apresentados vários relatos emocionantes, um deles foi: “eu não fui para escola porque eu sou excluído da escola, da sociedade pelo simples fato de fumar um baseado”, sendo assim ele avalia que “são vários fatores que o Projovem tem influenciado na vida dos estudantes, até mesmo tirando muitos jovens da criminalidade e da marginalidade”.

Destacou que os estudantes começam a ter uma visão de mundo diferenciada, passam a entender que o processo de exclusão não é culpa deles, e sim um projeto de exclusão do próprio sistema, afirmou ainda que na reta final do

Programa não conseguiram todos os objetivos, mas porque não tinha um objetivo específico, pois no decorrer do tempo os objetivos vão se intensificando conforme as demandas.

Toda essa compreensão que os educandos aprendem em sala de aula, eles levam para sua comunidade, para a família. O entrevistado afirmou ainda, que não conseguiram transformar a escolar na sua totalidade, e nem trabalhar todos os princípios da Educação do Campo, porém tentaram várias vezes usar a pedagogia de Paulo Freire, os complexos temáticos de Luís Carlos de Freitas e Pistrak, tentaram dialogar com vários autores, para chegar ao objetivo de uma educação libertadora, usando táticas e estratégias de ensino que contribuíssem para essa finalidade.

#### **4.4. Análise da entrevista com os educandos do Projovem Campo**

No início da pesquisa a proposta era entrevistar estudantes que não estavam frequentando, contando, para essa atividade, com o auxílio dos estudantes frequentes. Entretanto, algumas dificuldades surgiram no percurso e as entrevistas contaram com a participação expressiva de estudantes que se encontram no processo, sendo que alguns são pouco frequentes. Mesmo assim, foi possível entrevistar dois não frequentes. Uma dificuldade foi de ordem pessoal, com falta de condições de acesso em tempo hábil às comunidades onde os educandos residem. Outra dificuldade foi a localização de alguns desses educandos. Diante das tentativas pouco sucedidas o caminho que pareceu mais razoável para este momento foi a busca de dados por meio dos colegas dos educandos ausentes do processo. Outra fonte importante foi a contribuição de uma das educadoras do Projovem que indicou a localização de 03 (três) educandos não mais frequentes, entretanto, não foi possível localizá-los. Informou a educadora que eles eram 06 (seis) e rês teriam mudado para outra localidade.

Foram entrevistados 04 (quatro) homens e 02 (duas) mulheres, do assentamento Oziel Alves; 02 (dois) homens e 02 (duas) mulheres do assentamento pequeno William; 01 (um) homem do acampamento Dorothy Stang, totalizando 11 (onze) entrevistados. Para preservação da identidade dos educandos, estes foram denominados, para efeitos desta pesquisa, de E1 a E11.

Quadro 7 - Entrevista semiestruturada com educandas (os)

Questões	Educandos/Respostas
1. Qual a sua opinião sobre o Projovem campo: saberes da terra? Quais as mudanças que você pode perceber em sua vida desde o início do programa?	<p>Todos responderam que o mais importante foi a oportunidade de estudar; muitos disseram que “o programa chegou no momento certo (E7)”. Todos responderam que viram no Programa uma oportunidade de voltar a estudar e melhorar de vida. “Se fosse por mim, se eu pudesse juntar esse pessoal tudinho pra voltar tudo de novo, do que a gente precisa aqui é muito de uma escola aqui perto [...] a minha mente tá trabalhando um pouco se continuar até mais na frente eu tenho certeza que eu vou mudar mais (E1)”.</p>
2. O que você pode falar sobre a metodologia do programa? Você conseguiu acompanhar o que foi aplicado em sala de aula?	<p>As respostas foram positivas em relação à metodologia: “o jeito do ensino lá é muito bom porque tem prática teórica leva a gente nos acampamentos e assentamento tem nas salas também; acho que foi bem aplicado.” (E6).</p> <p>“Que ensinou a plantar coisa naturais, mais orgânicas, que deram uma nova visão sobre a terra (E5) [...]”</p> <p>“[...] aprender bastante; aprender como que planta pra saber como é que vou produzir uma mercadoria melhor mais de qualidade uma mercadoria boa [...]” (E6)</p> <p>Alguns ainda destacaram as dinâmicas, os jogos como parte da metodologia que ajudaram no aprendizado e interação com os colegas “eu não queria que esse programa acabasse” (E3).” sim é muito bom a gente interagir em equipe ne” (E7).</p>
3. Você sente que faz parte do processo de ensino e aprendizagem que os professores aplicam em sala de aula?	<p>As aulas práticas são boas. “[...] eu aprendi a plantar um pouco aprendi já a plantar bastante, aprendi como faz um canteiro, como que uma criação com o professor [...]” (Pequi) (E6).</p> <p>“[...] eles tem muita paciência ensina a gente umas trezentas vezes a mesma coisa pra ver se a gente aprendeu se tiver alguma dúvida eles explicam tudo direitinho olha pra saber se tá tudo certo” (E7).</p> <p>“As aulas em equipe é muito bom a gente interage né?” (E7).</p>
4. Você sabe por que alguns colegas desistiram de participar do programa Projovem Campo? Você tem contato com eles?	<p>“No meu saber eu acho que foi por falta da bolsa que eles prometeram e não saiu e a alimentação precária no começo.” (E4).</p> <p>“Muitos falam que é por causa da bolsa e</p>

Eles pensam em voltar a estudar?	<p><i>acham também que o diploma não vai sair né? se a bolsa não saiu o diploma também não vai sair você acha? até que a primeira coisa que fizeram muitos desistirem foi a bolsa pois muitas pessoas desistiram por causa da bolsa e depois por causa da possibilidade do diploma não sair pensaram que não ia ter futuro” (E7).</i></p>
5. O que você acha que deve mudar no Programa? Qual sua proposta de mudança?	<p><i>“O horário do ônibus deveria ser mais com as nossas necessidades porque às vezes a gente chega do trabalho e o ônibus já passou principalmente no horário de verão que é quando a gente trabalha até um pouco mais tarde para aproveitar a luz do dia; se fosse para melhorar, e também que eles nos desse uma ajuda financeira” (E2).</i></p> <p><i>“Deve de mudar é eles voltar pra escola de novo pra continuar [...] senão a escola acaba não acabar pra ajudar agente senão a escola vai acabar; era a escola cheia [...]” (E6).</i></p> <p>Alguns dos entrevistados falaram da necessidade de melhorar a alimentação.</p>
6. Por que você deixou o Projovem?	<p><i>“Eu desisti por causa do trabalho na roça, pois é muito cansativo conciliar as duas coisas e os trabalhos de casa. Você pensa em voltar a estudar no Projovem, outro lugar, em outro lugar, se tivesse transporte possivelmente voltaria a estudar.” (E9).</i></p> <p>A maioria deixou o programa por não conseguir conciliar o trabalho com os estudos. Muitas vezes chegavam do trabalho e não conseguiam pegar o transporte escolar. Outro fator foi a bolsa no valor de cem reais, que só veio sair parceladamente um ano depois do início do Programa, para alguns educandos. O entrevistado (E8) é um quase desistente devido as dificuldades de conciliar trabalho e transporte.</p> <p><i>“[...] teve uns que é por causa do serviço, trabalha o dia inteiro não chega a tempo de pegar o ônibus, principalmente eu também tenho um pouco de falta; olha a distância onde eu moro pra estudar tenho que pedalar de bicicleta até lá (no acampamento Pôr do Sol) pra ir pro colégio”.</i></p>
7. Espaço livre para considerações finais	<p>Mudar o itinerário do ônibus, passar, mas próximo às comunidades. Cumprir o cardápio, ao invés de lanche servir refeição como foi prometido. Que todos os educandos sejam contemplados com a bolsa.</p>

Quanto ao retorno aos estudos, foi unânime a opinião dos entrevistados em relação à importância do Programa como oportunidade de retomar os estudos. Mesmo com desacertos no início, como lanche, ao invés de refeição, falta de pagamento de dos professores e de material didático, o Programa vem desempenhando papel importante na formação dos educandos. Todos eles pensam na continuidade dos estudos e dizem que o programa deveria continuar.

Outro fator apontado foi a questão do trabalho na roça, trabalho doméstico e na cidade, para aquelas pessoas que tem atividade fora de suas comunidades, atuando em outras cidades do Distrito Federal, como diaristas, empregados em comércio, entre outros.

Houve uma desistência em massa provocada por uma liderança de um acampamento, que proibiu os candidatos de frequentarem o Programa. Um dos educadores foi até ao local reuniu-se com os futuros educandos, já matriculados e a liderança, tendo ficado resolvido que eles frequentariam normalmente, o que não aconteceu.

Uma das pessoas entrevistadas (E5) disse “só nesse assentamento onde eu moro foram 7 (sete) desistentes e na região foram 25 (vinte e cinco) ao todo”.

A desistência dos educandos está ligada a fatores de ordem econômica e social, mais do que pessoais. O fenômeno da evasão escolar foge à esfera do próprio educando e do educador. Mesmo tratando-se de um Programa voltado a um público específico, vê-se que as necessidades desse público não são atendidas, isto porque não basta ter a ação o a política, é necessário ter as condições materiais a sua concretização. Conforme a citação abaixo:

A visão geral que se obteve, após a leitura das referências pesquisadas, mostra que a evasão escolar está presente em qualquer lugar onde esteja estabelecida a educação escolarizada, em todas as faixas etárias, em maior ou menor grau conforme a classe econômica do aluno ou sua família. Ou seja, o fenômeno do fracasso e da evasão escolar não é exclusivo da EJA. Tal fenômeno, igualmente, não se encontra em estado crítico apenas no Brasil, abrangendo países das Américas e da Europa. Além disso, o confronto entre, de um lado, uma cultura secular seletiva e excludente de fazer educação, e de outro, uma cultura estabelecida pela diversidade cultural da massa, desejosa de ser incluída nessa mesma escola, evidencia o fracasso escolar e a evasão como seu resultado. (CARMO, 2009, p. 3)

A evasão escolar na educação brasileira ainda é um desafio, um ponto de análise e estudo. Na Educação de Jovens e Adultos, em especial, esse desafio torna-se mais complexo porque envolve uma população duplamente marginalizada. De um lado, excluída econômica e socialmente, de outro, excluída da escola.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se trata de uma pesquisa de estudo que visa a detectar os problemas enfrentados pelos educandos e o que causou a evasão dos mesmos, os dados revelam pontos significativos que merecem a atenção de todos os envolvidos no Projovem.

Um dado que chama a atenção é responsabilização pela “desistência” atribuída aos jovens, tanto por eles mesmos, quanto pelos colegas. Em alguns momentos há entrevistado que afirma: “Alguns colegas desistiram por causa do cansaço e às vezes eles não estavam levando muito a sério tem muitos que falavam que não iam porque estavam cansado ai eu estava trabalhando eu estava lavando roupa eu too cansado eu não vou não e outro largou porque não quis porque está com a faca tá com queijo e não quis comer” (E1). Houve entrevistado que respondeu: “Eu pedi pra eles volta e eles não quiseram volta” (E2). Essa foi uma fala frequente entre os entrevistados. E alguns deles ainda afirmavam: “eles não querem saber de nada”, “não tem interesse, não quer aprender” (E6).

Os dados produzidos pela pesquisa evidenciam que a educação ainda não chega a todas as pessoas. O contexto dos educandos e sua trajetória de vida é fator relevante no planejamento dos educadores, que não medem esforços para contemplar cada pessoa, por meio dos momentos coletivos e algumas vezes individuais. Eles incorporam esses procedimentos em sua prática educativa e pedagógica como princípio do Programa e compromisso que assumiram diante dos educandos em atendê-los na perspectiva da inclusão social. Buscamos em Freire (1996) ensinar exige a compreensão de que é necessário formar a classe trabalhadora.

Por mais que os educadores se dediquem e se comprometam, buscando as melhores formas de atender os educandos, fica evidente que o acesso à educação, à escola, ainda não é uma realidade para a classe trabalhadora.

A importância das metodologias de alternância, que contemplem as necessidades dos educandos é inquestionável, entretanto, os fatores que afastam os jovens da escola vão muito, além disso. Há várias questões que aparecem nas falas e que não foram colocadas com ênfase, mas a violência urbana e no campo, a questão das drogas e do álcool, são alguns fatores que merecem atenção ao se discutir as causas da evasão escolar.

Trago aqui aspectos da CF de 1998 e da LDBEN 9.394/96, no que se refere à regulamentação da educação nacional, e em especial no da educação de jovens e adultos. Ao ler os textos dessas leis observa-se o seu caráter inovador, contudo, na prática, existe uma lacuna entre o que está na lei e o que realmente acontece, a pesquisa mostrou isso. As demandas sociais desses jovens e adultos, a forma como é tratada a educação de jovens e adultos em especial e a educação em geral, revelam o descaso para com a educação no nosso país.

O percurso feito na pesquisa demonstra a luta pela educação, os questionamentos trazidos pela pesquisadora, que buscou desenvolver um olhar crítico sobre o Projovem, a fim de trazer dados que possam contribuir com a Educação de Jovens e Adultos na região de Planaltina e além dela. Esse olhar crítico foi necessário devido ao envolvimento da pesquisadora com o Programa, como estagiária.

Foi importante participar dos tempos educativos e da formação, mesmo que não tenha sido presente totalmente, e perceber os questionamentos dos educadores em relação ao Programa, interrogando a sociedade, o Estado e suas políticas, o sistema escolar, e o cuidado com uma proposta que contemple os estudantes do Projovem.

Quero apontar alguns limites da pesquisa. Um deles foi a dificuldade de localizar os estudantes que deixaram o Programa. Uns porque eram trabalhadores de chácaras da região e mudaram para outras localidades. Outros porque não foram encontrados nos horários que a pesquisadora dispunha para ir até o seu local de moradia. A ideia inicial era contatar o maior número de estudantes possível, entretanto a limitação de tempo, transporte e acesso a esses estudantes trouxe essas dificuldades. Os dados revelam uma questão presente na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no campo brasileiro, a falta de oportunidade para essa população ainda é uma realidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. N. Rodrigues de. **Educação de jovens e adultos (EJA)**. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel P.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013 p .250-257.

BARBOSA, Anna Izabel Costa. **A organização do trabalho pedagógico na licenciatura em educação do campo/UNB: do projeto às emergências e tramas do caminhar**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília: Brasília, 2012.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013

BRASIL, Ministério da Educação. **Percursos Formativos**. Projovem Campo – saberes da Terra. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo – Saberes da Terra. Brasília: MEC/SECAD, 2008a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto Político Pedagógico Projovem Campo – saberes da Terra**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo – Saberes da Terra. Brasília: MEC/SECAD, 2008b.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

BRASIL, **Lei de diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Tradução de Carlos Rodrigues Brandão. Petrópolis: Vozes, 1980.

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, osfs; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002 (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4), p. 25-36.

CARMO, Gerson Tavares. **Evasão de alunos na EJA e reconhecimento social: crítica ao senso comum e as suas justificativas**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. 2009.

Disponível em:

<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Pol%C3%ADticas%20Educativas/Superintend%C3%A2ncia%20de%20Diversidades/Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jovens%20e%20Adultos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Publica%C3%A7%C3%B5es/Evas%C3%A3o%20Escolar.pdf>

Acessado em 16 de fevereiro de 2017 às 10h04.

CASTRO, Ana Maria de. Organização e texto. **Josué de Castro: semeador de ideias**. Veranópolis – RS, Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA e Instituto de Educação Josué de Castro. Cadernos do ITERRA, Ano II, nº 7, set. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção Leitura).

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1982.

FREITAS, L. C. de. A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção. Cadernos do ITERRA n.15, Set. 2010 (digitado).

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Educação de jovens e adultos, educação popular e processos de conscientização: intersecções na vida cotidiana**. Educ. ver. Nº 29. Curitiba, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602007000100005>.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602007000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100005)

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Evandro Costa. **Nota Técnica**. Universidade Federal do Pará- UFPA- Fórum Paraense de Educação do Campo, 2011).

NOVO GIRASSOL: **saberes e fazeres do campo**: letramento e alfabetização: geografia e história, 3º ano. — 1 ed.—São Paulo:FTD,2014. — (Coleção novo girassol saberes e fazeres do campo).

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

SANTOS, Elizana Monteiro. **O Projovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal e o ensino interdisciplinar da área de conhecimento de ciências da natureza e matemática**: relato de experiências a partir de falas significativas.

PALUDO, Conceição. **Educação popular**. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel P.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013 p .280-285.

PROJOVEMCAMPO DF. **Turma 2015. Projeto metodológico** – etapa 1. Agosto 2015.

Sítios consultados:

<http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra>

## **APÊNDICE I**

Roteiro de perguntas para o grupo focal

- 1 Qual a proposta do Projovem? E qual público que ele atende, e quais as especificidades desse público? Destaque pontos significativos da proposta.
- 2 Você considera que o educando do Projovem sente-se contemplado pela proposta? O que evidencia essa situação?
- 3- Houve evasão no Projovem? Se houve o que causou essa evasão?
- 4- O que o Projovem tem feito para impedir a evasão e trazer de volta os educandos que interromperam sua participação no projeto?
- 5- O que você destaca como mais significativo no Projovem para a inclusão e formação desses jovens?
- 6- Espaço livre para os entrevistados

## **APÊNDICE II**

Roteiro de perguntas para o coordenador do Projovem Campo.

- 1- Qual sua visão do projeto Projovem Campo? Como foi sua atuação junto aos educandos no que se refere à proposta pedagógica e metodologia?
- 2- Dos educandos que ingressaram no programa quantos permanecem? Houve evasão? Quais as causas?
- 3- Qual a sua atuação como coordenador para manter os educandos no Programa?
- 4- Quais os principais desafios do Programa?
- 5- O que o Programa trouxe como avanços para a inclusão e formação dos jovens?

### APÊNDICE III

Roteiro de perguntas para os educandos do Programa Projovem

- 1- Qual a sua opinião sobre o programa Projovem Campo Saberes da Terra? Quais as mudanças que você pode perceber desde o início do programa?
- 2- Você conseguiu acompanhar o que foi aplicado em sala de aula?
- 3- Você sente que faz parte do processo de ensino e aprendizado que os professores aplicam em sala de aula?
- 4- Você sabe por que alguns colegas desistiram de participar do Projovem? Você tem contato algum deles? Eles pensam em voltar a estudar?
- 5- O que você acha que deve mudar no Projovem? Qual sua proposta de mudança?
- 6- Espaço livre para os entrevistados colocarem as considerações finais.